

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CADEIA
PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/RR**

VERANILDA MATOS LAVAREDA

ASUNCIÓN - PARAGUAI

2017

LAVAREDA, Veranilda Matos. 2017.

Educação e Ressocialização: Um estudo na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista - RR / Veranilda Matos Lavareda

142 p.; 21,0 x 29,7 cm/

Tese de Doutorado em Ciências da Educação - Universidad Autónoma de Asunción
Facultad de Ciencias Humanísticas y de la Comunicación - UAA, 2017.

Orientador: Professor Dr. José Antonio Torres González.

1. Educação. 2. Ressocialização. 3. Privadas de liberdade.

CDD:

Educação, ressocialização, privadas de liberdade...i

Veranilda Matos Lavareda

EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CADEIA
PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/RR

Tese de Doutorado apresentado à
Universidad Autónoma de Asunción
Facultad de Ciencias Humanísticas y de
la Comunicación como requisito parcial
para obtenção do título de Doctor em
Ciencias de la Educación.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres Gonzalez

ASUNCIÓN DEL PARAGUAY

2017

Veranilda Matos Lavareda

**EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CADEIA
PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/RR**

Esta tesis fue evaluada y aprobada em fecha ____________ para la obtención del título de Doctor em Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción – UAA.

BANCA EXAMINADORA

Examinador (a)_____

Examinador (a)_____

Examinador (a)_____

Examinador(a)_____

Examinador(a)_____

Decido à minha mãe, por orar
constantemente por mim.

Dedico à minha família, pelo
apoio e incentivo constante.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela saúde e coragem necessária para atingir os meus objetivos.

Aos familiares pelos incentivos e apoio em todos os momentos.

Aos mestres, que são os elos integrantes e experientes, que nos ajudam a ultrapassar as dificuldades, que nos ajudam a ultrapassar as dificuldades para que possamos enxergar o que era obscuro.

À Universidade Autónoma de Asunción que possibilitou melhorar as competências através do processo de conclusão do nível de doutorado.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. José Antonio Torres Gonzalez pelo incentivo e por acreditar na minha pesquisa.

Às amigas que me incentivam e me ajudam sempre Simone Catão, Genilza Cunha e Áustria Núbia, Josimeire Lopes.

Ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões. Uma nação não deveria ser julgada pela forma como trata os seus cidadãos das classes mais elevadas, mas os das menos elevadas.

Nelson Mandela

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
RESUMO.....	xii
RESUMEN	xiii
INTRODUÇÃO	1
I- MARCO TEÓRICO	9
1 - Processo de Ressocialização.....	9
2 - Ensino Aprendizagem	15
3 - Relações Sociais.....	19
4 - Educação e Cidadania.....	24
5 - Perspectivas e liberdade.....	28
6 - Educação e qualidade de vida.....	32
7 - O aspecto acolhedor do educador.....	36
8 - Direitos Humanos.....	39
9 - A Educação de Jovens e Adultos – EJA – em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil	44
II- MARCO METODOLÓGICO	52
2.1 – Metodologia da pesquisa.....	52
2.2- Problema da pesquisa: Perguntas norteadoras	54
2.3 – objetivos da pesquisa	55
2.3.1 – Objetivo Geral da Pesquisa	56
2.3.2 – Objetivos Específicos	56
2.3- Modelo da Investigação: Enfoque e tipo de investigação	56
2.4- Lugar e época da Investigação	59
2.4.1- Cadeia Pública Feminina	59
2.4. 2. Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de Brito Gomes	67
2.5 - População e mostra Investigadas	68
2.6 - Técnicas de coleta de dados: Entrevista e lista de observação	71
2.6.1. Entrevista Alunas	73
2.6.2. Entrevista Gestora	74
2.6.3. Entrevista Professores e Coordenadora	74

2.6.4. Lista de observação	75
III- ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	76
3.1- Objetivo 01- Analisar a percepção da aluna privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada nesse estabelecimento prisional.	77
3.1.1- Categoria Alunas: análise da entrevista	78
3.1.2. Categorias de Professores e Coordenadora: Análise da Entrevista aos Professores e Coordenadora	81
3.2- Objetivos 02 – Identificar o perfil educacional e profissional das alunas privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista/RR	86
3.2.1- Categoria alunas - Análises da Entrevista	86
3.3- Objetivos 03- Verificar os cursos de formação ofertados na Cadeia Pública privada de liberdade dessa unidade prisional.	89
3.3.1- Categoria Alunas – Análise da Entrevista.....	89
3.3.2- Categoria Professores e Coordenadora – Análise da entrevista.....	91
3.3.3 – Categoria Gestora: Análise da Entrevista	92
3.4- Objetivos 04- Analisar a educação de Jovens e Adultos – EJA e sua contribuição no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.....	94
3.4.1- Categoria alunas - Análise da entrevista.....	94
3.4.2 – Categoria Gestora – Análise de entrevista.....	96
4. Resultados Lista da Observação.....	98
4.1 - Categoria alunas - Análise da observação	98
4.2 - Categoria professores - Análise da observação	100
4.3 - Categoria alunas – Análise da observação	101
4.4. - Categoria Professores - Análise da Observação.....	102
IV. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	103
V. CONCLUSÃO.....	106
VI. RECOMENDAÇÕES	109
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES	114

Apêndice A- Entrevista com as Alunas da EJA da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista\RR.....	115
Apêndice B- Entrevista Para Professores Coordenadores Da Escola Estadual Crisotelma de Brito Gomes.....	118
Apêndice C – Entrevista Para A Gestão Da Cadeia Pública Feminina De Boa Vista/RR	121
ANEXOS.....	123
Anexo A: FOTOS das Alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Cadeia Feminina	124
Anexo B: Autorização de imagem	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Alunas privadas de liberdade matriculadas na EJA – 2015 e 2016.	68
Tabela 2: Demonstrativo da população e mostra investigadas.	69
Tabela 3: Cursos ofertados e Instituições	70
Tabela 4: Resposta da questão 01 da entrevista feita com as alunas da EJA do sistema prisional.....	79
Tabela 5: Questão 16 - Entrevista realizada com as alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.	86
Tabela 6: Observação da Escola Estadual Crisotelma Francisca de B. Gomes...	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Síntese da resposta da questão 06.....	82
Quadro 02: Resposta da pergunta 01 da entrevista feita com professores e coordenadora.....	84
Quadro 03: Resposta da pergunta 13 da entrevista feita com professores e Coordenadora	85
Quadro 04: Questão 17 - Entrevista realizada com as alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.	88
Quadro 05: Questão 22 da entrevista feita às alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Resposta da questão 11 da entrevista realizada às alunas da EJA. da cadeia pública feminina de Boa Vista\RR. 89

Gráfico 02 – Respostas das questões 03, 09 e 14, da entrevista feita às alunas da EJA, na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR 96

RESUMO

A presente pesquisa tem como intuito verificar o processo de ressocialização realizado na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, mediante a educação inserida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como dos cursos profissionalizantes oferecidos por diferentes instituições de qualificação profissional, com a finalidade de reinserir a pessoa privada de liberdade, condenada ou provisória na sociedade, na qual ela se encontrava, para que venha a dar continuidade em sua vida, de uma forma digna, para que não tenha necessidade de voltar à criminalidade e retorne ao sistema carcerário. Visualizar quais os fragmentos fundamentais para que essa ressocialização não seja realizada em vão, e no que o governo e as famílias podem auxiliar. Pois o governo não faz incentivos em alguns estabelecimentos prisionais, resultando em um trabalho de ressocialização que apenas existe na teoria, e jamais ocorrendo na prática, seja por falta de estruturas adequadas ou de profissionais que estejam dispostos a trabalhar com essas “pessoas”. O presente trabalho é um estudo de como acontece de fato o processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais, em específico na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista\RR, buscando averiguar à reinserção das alunas na sociedade, ao mercado de trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas fontes, desde livros clássicos até a biblioteca virtual para tentar compreender a realização deste trabalho dentro dos estabelecimentos prisionais. A Pesquisa baseou-se na metodologia qualitativa. Foram utilizadas para o desenvolvimento as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas e observações diretas. Deste modo, este trabalho pode contribuir tanto para orientação da população, na elucidação das principais figuras da dificuldade de ressocializar, bem como proporcionará um maior entendimento da importância da aplicação da ressocialização dentro dos estabelecimentos prisionais.

Palavras-chave: Educação. Ressocialização. Profissionalização. Cadeia Pública.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo verificar el proceso de resocialización realizado en la Cadena Pública Femenina de Boa Vista / RR, mediante la educación insertada por la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), así como de los cursos profesionalizantes ofrecidos por diferentes instituciones de cualificación profesional, la finalidad de reinsertar a la persona privada de libertad, condenada o provisional en la sociedad, en la que se encontraba, para que venga a dar continuidad en su vida, de una manera digna, para que no tenga necesidad de volver a la criminalidad y regrese al sistema carcelario. Ver qué fragmentos fundamentales para que esa resocialización no se realiza en vano, y en lo que el gobierno y las familias pueden auxiliar. Porque el gobierno no hace incentivos en algunos establecimientos penitenciarios, resultando en un trabajo de resocialización que sólo existe en la teoría, y jamás ocurriendo en la práctica, sea por falta de estructuras adecuadas o de profesionales que estén dispuestos a trabajar con esas "personas". El presente trabajo es un estudio de cómo sucede de hecho el proceso de resocialización de las alumnas privadas de libertad en los establecimientos penitenciarios, en específico en la Cadena Pública Femenina de Boa Vista \ RR, buscando averiguar la reinsertión de las alumnas en la sociedad, al mercado de trabajo. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica en diversas fuentes, desde libros clásicos hasta la biblioteca virtual para intentar comprender la realización de este trabajo dentro de los establecimientos penitenciarios. La investigación se basó en la metodología cualitativa. Se utilizaron para el desarrollo las siguientes técnicas: entrevistas semiestructuradas y observaciones directas. De este modo, este trabajo puede contribuir tanto a la orientación de la población, en la elucidación de las principales figuras de la dificultad de resocializar, así como proporcionará un mayor entendimiento de la importancia de la aplicación de la resocialización dentro de los establecimientos penitenciarios.

Palabras clave: Educación. Riesgos. Profesionales. Cadena Pública.

INTRODUÇÃO

O aumento da violência tem sido bastante em toda parte do Brasil, é uma questão complexa que envolve uma análise multidisciplinar, abrangendo os aspectos sociológicos, econômicos, políticos e jurídicos. Simultâneo a isso é inegável a relevância do papel que a educação exerce no desenvolvimento das relações sociais.

É notório deslumbrar que toda a construção histórica da administração pública brasileira vem sendo entremeada por intervenções administrativas, que têm como foco principal explorar a capacidade de renovação e gerar um dinamismo na gestão que seja capaz de entender às mais diversas demandas da sociedade. Muito se menciona que a violência dentro do sistema prisional costuma imperar, pois é onde se encontram indivíduos tidos como “desajustados”, incapacitados para o convívio social pacífico. Essa visão generalista é, muitas vezes, embasada por uma ideia da prisão como local de mero isolamento, útil apenas à preservação da segurança pública.

A educação inserida nos centros penitenciários é de suma importância não só para aqueles que estão submetidos à pena restritiva de liberdade, mas para toda a sociedade. O conhecimento inserido às pessoas que tiveram um comportamento reprovado pela sociedade será eficaz na tentativa de reeducar esses indivíduos, possibilitando melhor convívio ao retornar ao meio social, permitindo maior chance de acesso ao mercado de trabalho. Os projetos educacionais viabilizados mediante as políticas públicas para a população carcerária a nível nacional, presente também aqui em Boa Vista, auxiliam nesse processo de ressocialização, no entanto têm sido pouco estudado e apresenta características próprias ligadas às questões das culturas diferenciadas. Para estudar essa questão, alguns fatores intrínsecos a essa temática estão enfatizados no desenvolvimento dessa dissertação.

As políticas públicas educacionais destinadas à educação de mulheres em liberdade privada em Roraima/ Brasil, no eixo a Cadeia Pública Feminina, localizada na circunscrição geográfica de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Com um olhar voltado para a situação educacional e profissional destas reeducandas, como questão fundamental para o acesso ao Mercado de Trabalho e, conseqüentemente possibilitar alguma renda para sua sobrevivência no meio social.

A população carcerária no estado de Roraima cresceu 35% no período equivalente de janeiro de 2015 à março de 2016, segundo os dados da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc). Atualmente 2,5 mil presos cumprem penas nas seis unidades prisionais do Estado. O aumento da população carcerária acompanha o crescimento populacional do Estado, no entanto, é alarmante o crescimento das mulheres inseridas na criminalidade.

Essa população deve ter seus direitos fundamentais observados no que diz respeito aos Direitos Humanos, indispensáveis e indisponíveis a toda e qualquer pessoa humana. Dessa forma, está garantido que todo homem tem direito a educação e ao trabalho, assim como direito de receber remuneração justa pelo trabalho executado.

A educação dentro do Sistema Prisional é um direito previsto na legislação brasileira com a promulgação da Lei nº 7.210 de 11 de novembro de 1984 (LEP), a qual estabelece que a assistência educacional compreenda a instrução escolar e a formação profissional do privado de liberdade. Assim, o princípio fundamental a ser preservado e enfatizado é que essa educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como um privilégio, um benefício ou muito menos, uma recompensa oferecida em troca do bom comportamento que o privado de liberdade venha a ter.

Contudo, somente após uma década de sancionada a LEP, é que a Resolução nº14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) estabeleceu a adaptação e a aplicação no Brasil das Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiro. E somente a partir de 2005, com o apoio da UNESCO e da Organização dos Estados Ibero-Americanos, é que se iniciou a experiência de atividade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) nas unidades

prisoniais com o projeto Educando para a Liberdade, o qual se torna referência nacional para a efetivação das atividades educacionais dentro do sistema prisional.

Em Roraima, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser oferecida na Cadeia Pública Feminina no ano de 2008, com a execução do Programa “Educando para a Liberdade”. Esse projeto apresentou como objetivo a assistência educacional ao privado em liberdade e a capacitação de todos os envolvidos no processo educacional: agentes penitenciários, gestores e professores, por meio de cursos de formação continuada.

A singularidade desse ambiente, bem como suas especificidades, faz da assistência educacional no sistema carcerário um grande desafio. Desse modo, despertou-se o interesse em investigar a atividade educacional na modalidade EJA, os cursos de Formação e o Processo de ressocialização, desenvolvida nesse espaço por ser tão exaltada em discursos políticos e, ao mesmo tempo, ignorada pela estrutura e pela organização cotidiana daquela unidade prisional.

1. As perguntas norteadoras desta pesquisa são:

As mulheres privadas de liberdade que estudam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Cadeia Pública Feminina sentem-se motivadas para frequentar as aulas?

De que forma os professores que ministram aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Cadeia Pública Feminina demonstram estar motivados e preparados para realizar seu trabalho?

Através de que atitudes, as alunas privadas de liberdade demonstram acreditar que os estudos as levarão a realizar algum sonho?

As alunas privadas de liberdade privada da Cadeia Pública Feminina acreditam que os cursos ofertados pelo SENAI abrirão portas para uma possível reintegração no mercado de trabalho?

Será possível “educar para a libertação” no interior de instituições punitivas como as prisões?

Como as práticas da leitura e da escrita poderão subsidiar a reinserção da mulher no mercado de trabalho e no meio social?

O que pensam os agentes educacionais que trabalham no sistema prisional sobre as políticas educacionais existentes neste ambiente?

Averiguou-se que diante dessa realidade, o problema busca saber:

A prática educacional é de suma importância para que haja a ressocialização e deve visar o desenvolvimento da pessoa, a sensibilização para o exercício consciente da cidadania e a inserção no mercado de trabalho. Diante disso, como a Educação contribui para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR?

2. Objetivos da Pesquisa

O Objetivo Geral da pesquisa é:

Analisar as contribuições oferecidas pela Educação de Jovens e Adultos – EJA e os cursos de Formação Profissional no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-RR/ Brasil.

Os Objetivos Específicos são:

1) Analisar a percepção das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada nesse estabelecimento prisional.

2) Identificar o perfil educacional e profissional das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista/RR.

3) Verificar quais os cursos de formação profissional são ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, e as perspectivas de ingresso dessas alunas no mercado formal de trabalho.

4) Analisar a educação de Jovens e Adultos – EJA e sua contribuição no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

5) Propor um modelo de trabalho que contribua na efetiva ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

3. A Justificativa da Pesquisa:

É possível compreender que o acesso à educação e cursos profissionalizantes para as pessoas privadas de liberdade, é algo essencial. No entanto, considera-se a contradição existente entre os fins e objetivos de humanização relacionados à educação e a realidade do sistema prisional.

Existe a necessidade de levar maiores conhecimentos aos leitores sobre os aspectos da educação utilizados pela Cadeia Pública Feminina facilitando no processo de ressocialização das egressas no mercado de trabalho, demonstrando que tais aspectos são algo essencial para o ensino, em todas as áreas e séries. Essa pesquisa tem uma importância singular, pois os leitores terão como compreender melhor a importância da educação na cadeia entre alunas e professores e sociedade.

O tema fundamenta-se na necessidade de apontar e ressaltar a condição das reeducandas, como agentes socialmente determinadas e produtoras de suas histórias e trajetórias de vida. Neste sentido, são mulheres capazes de construir meios para não apenas evitarem, como também assegurar, quando egressas, a inserção bem sucedida no

Mercado de trabalho e, empreenderem o exercício político próprio à condição de cidadãos minimamente autônomos (Freire, 1987).

O tema proposto foi baseado em variáveis condicionantes para as afirmações contidas em todo o desenvolvimento, foram elas: **Educação** no qual busca-se cuidadosamente uma forma de ampliar as atividades extras curriculares das alunas privadas de liberdade, dentro de um trabalho conjunto de cunho social. Neste aspecto, o fortalecimento de políticas públicas está buscando cada vez mais dar um enfoque no contexto que envolva o meio social, valores, onde todos fazem parte do processo educacional com vista à responsabilidade social; **Processo de ressocialização**, desenvolve ações que atendam os anseios das alunas privadas de liberdade, garantindo seus direitos ao meio social num contexto que envolva o acesso ao trabalho e conseqüentemente, acesso ao ensino superior. Sua reintegração ao convívio social, no ambiente de trabalho como responsabilidade social. Desenvolvendo ações de qualificação profissional, preparando a aluna para o mercado de trabalho e sensibilizando as empresas da importância desta política social.

Observou-se também, que a importância da educação profissional para o mercado de trabalho tem como acuidade essencial o desenvolvimento de cursos profissionalizantes para a mulher privada de liberdade que procuram uma qualificação e atualização profissional.

A presente pesquisa menciona o enfoque do período compreendido entre os anos de 2015, 2016 e 2017 que serviu como referencial temporal e tem o propósito de compreender as relações entre as atividades educacionais desenvolvidas no sistema prisional, considerando sua complexidade e singularidade. Assim, espera-se que a realidade deste estudo sirva para registrar parte da realidade vivida pelas mulheres privadas de liberdade no estado de Roraima. Diante disso, esta pesquisa pretende estudar como a Educação de Jovens e Adultos - EJA e Cursos de Formação Continuada ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista- Roraima/ Brasil contribuem para uma efetiva ressocialização das mulheres privadas de liberdade.

Os títulos dos capítulos estão relacionados da seguinte forma: no primeiro capítulo está descrito o marco teórico, que é a revisão da literatura, com o histórico da

Cadeia Pública Feminina, Educação para Jovens e adultos – EJA, conceito de ressocialização, Mercado de trabalho para as egressas, Processo de modernização do Direito Penal e o papel das políticas de execução penal nas sociedades ocidentais, especialmente, na sociedade brasileira. Também foi feita uma breve caracterização do perfil da mulher privada de liberdade no Brasil e em Roraima.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados questionários abertos, entrevistas semi – estruturadas e observação. Seguindo o método qualitativo.

Baseando-se nos autores Elionaldo Fernandes Julião (2016), com sua obra A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. O segundo autor Francisco Scarfó (2009), com sua obra O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. O autor Luis Francisco C. Filho (2002), com sua obra A prisão entre outros autores, que com suas obras contribuem sobremaneira com a finalidade do estudo.

A referente pesquisa baseia-se na metodologia de Tomás J. Campoy Aranda (2016), pois o autor descreve com precisão e propriedade todas as etapas necessárias para a efetivação de uma pesquisa, apresentando o tema, o problema, as perguntas, os objetivos, as hipóteses e justificativa.

O segundo capítulo apresenta a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa que em essência, é exploratória e descritiva que, consiste em relatar e analisar fatos, eventos e acontecimentos pesquisados, com o paradigma de caráter qualitativo. A amostra da referida pesquisa será não-probabilística, pois pretende obter informações precisas das 46 mulheres, entre 21 à 47 anos de idade, privadas de liberdade e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Cadeia Pública Feminina. Utilizando para isso, técnicas de observação direta (estruturada), questionário aberto, entrevista semi-estruturada, através de um guia (roteiro).

O terceiro capítulo sistematiza e analisa os resultados obtidos em todo o desenvolvimento da investigação, no intuito de responder seus objetivos e problema, bem como propiciar momentos de discussão, reflexão e socialização acerca da

problemática da segurança pública e do sistema prisional. Por fim, o quarto e quinto capítulo apresenta a proposta, conclusão e as recomendações da pesquisa, e dessa forma, trazer contribuições para a formulação e implementação de políticas públicas que viabilizem a reintegração social da privada de liberdade; reduzir a sua vulnerabilidade social; combater o preconceito e a negligência sobre o assunto, visto que, quando se fala em sistema prisional, ainda predominam o senso comum e a indiferença da sociedade em relação aos indivíduos privados de liberdade, onde a maioria das pessoas veem as atividades sociais desenvolvidas dentro do presídio como um privilégio e não um direito garantido em lei. Para a formatação da pesquisa utilizou-se a APA, (2011) da Universidade Autônoma de Asunción-PY.

PRIMERA PARTE: MARCO TEÓRICO

1 - Processo de Ressocialização

A ressocialização do indivíduo na sociedade é tarefa não somente do Estado, pois se trata de um assunto de extrema complexidade e que abrange o desejo de ser uma nova pessoa, à família e a sociedade.

Segundo a LEP (lei de execução penal) seu objetivo, conforme reza o seu artigo 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. O que se consegue compreender, é que a Lei possui uma finalidade dupla: efetivar o que foi sentenciado e dá sentido para que se cumpra a pena de forma humanizada e, assim, o apenado volte ao meio social sem mais delinquir.

Nesse mesmo sentido o jurista Bitencourt (2012, p.130) assegura:

[...] A Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 1º, destaca como objetivo do cumprimento de pena a reintegração social do condenado, que é indissociável da execução da sanção penal. Portanto, qualquer modalidade de cumprimento de pena em que não haja a concomitância dos dois objetivos legais, quais sejam, o castigo e a reintegração social, com observância apenas do primeiro, mostram-se ilegal e contrária à Constituição Federal.

Reintegrar um indivíduo à sociedade é oferecer condições para que ele consiga se regenerar e, desta maneira, não voltar mais a cometer o mesmo crime ou outros. A ressocialização tem o propósito de oferecer dignidade, tratamento humanizado, conservando a honra e a autoestima do apenado. Encaminhar o sujeito para um aconselhamento psicológico, projetos de profissionalização, estudar são incentivos que colaborarão para que seus direitos básicos sejam efetivados e priorizados. Sobre o objeto da execução penal, afirma Mirabete (2008, p. 28) que:

A primeira delas é a correta efetivação dos mandamentos existentes na sentença ou outra decisão criminal, destinados a reprimir e prevenir os delitos. Ao determinar que a execução penal “tem por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal”, o dispositivo registra formalmente o objetivo de realização penal concreta do título executivo constituído por tais decisões. A

segunda é a de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, instrumentalizada por meio da oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança possam participar construtivamente da comunhão social.

A lei de execução penal, adota como pressupostos de defesa social, a prevenção e a humanização da execução da pena e distanciando o método reformador. A essência inerente da reinserção social é a assistência e a ajuda na aquisição dos meios necessários para a reintegração do sujeito a sociedade. Vale ressaltar que não há como separar o castigo da humanização, pois os dois são inerentes entre si e oferecem um melhoramento significativo na situação particular do preso. Foucault (1999, p. 102) assevera que a prisão não dispõe de meios para recuperar o sujeito, não havendo segurança de se alcançar os seus objetivos

[...] a ideia de uma reclusão penal é explicitamente criticada por muitos reformadores. Porque é incapaz de responder à especificidade dos crimes. Porque é desprovida de efeitos sobre o público. Porque é inútil à sociedade, até nociva e cara. Mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhe os vícios.

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos sustenta que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Assim levando em consideração que o sujeito praticou o crime e o texto do dispositivo citado, é inquestionável que o indivíduo seja punido pelo crime que cometeu, mas, contudo, não sejamos cruéis e não esqueçamos que aquele condenado também é um ser humano e deve ser tratado e respeitado com humanidade.

É de suma importância ressaltar o valor do trabalho nesse processo de recuperação do apenado. O artigo 28 da LEP (lei da execução penal) reza: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”. É, de fato, um dos fatores fundamentais para ajudar na reeducação social do preso. Nas lições do nobre jurista Mirabete (2008, p. 90) descobrimos que:

O trabalho prisional não constitui, portanto, *per se*, uma agravação da pena, nem deve ser doloroso e mortificante, mas um mecanismo de complemento do processo de reinserção social para prover a readaptação do preso, prepará-lo para uma profissão, inculcar-lhe hábitos de trabalho e evitar a ociosidade.

Exalta-se seu papel de fator ressocializador, afirmando-se serem notórios os benefícios que da atividade laborativa decorrem para a conservação da personalidade do delinquente e para a promoção do “autodomínio físico e moral de que necessita e que lhe será imprescindível para seu futuro na vida em liberdade, como ensina Belaustegui Mas”. Numa feliz síntese, afirma Francisco Bueno Arús que o trabalho do preso “é imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar, evita os efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do ponto de vista sanitário é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para suas necessidades e para subvencionar sua família; do ponto de vista da ressocialização, o homem que conhece um ofício tem mais possibilidade de fazer vida honrada ao sair em liberdade”.

Para que ocorra de forma significativa uma ressocialização, é fundamental instituir uma estrutura dentro e fora do sistema prisional, que alcance tanto os detentos, suas famílias e as empresas que oferecem esse trabalho para os presos, pois todos estão progredindo conjuntamente durante todo esse período de cumprimento de pena. Todos esses aspectos são de grande importância, mas vale ressaltar que o direito, o processo e a LEP (lei de execução penal) são apenas métodos, indispensáveis, que regulamentam a reintegração social, mas, infelizmente, não possui um alcance absoluto, pois a maneira mais eficiente da sociedade promover a ressocialização ainda é através de políticas públicas e, essencialmente, pela força de vontade do apenado em se ajudar.

O fracasso de um estabelecimento carcerário, quanto ao alvo de reeducação, seja no Brasil, nos estados Unidos, na Inglaterra ou na Noruega, é atribuído, indefectivelmente, em sua maior parte, ao número deficiente de profissionais de tratamento (médicos, psicólogos, educadores, assistentes sociais) e à imperfeita instrução da guarda, no sentido de se preocupar mais em ajudar o preso a se reabilitar do que em cuidar da segurança e disciplina do estabelecimento. (Thompson 2002, p. 17).

Nesse longo processo de reintegração ao convívio social, família do condenado e os vínculos afetivos constituem pilares sólidos para uma boa regeneração, fortalecendo-o e incentivando-o a não mais delinquir. A pena privativa de liberdade não recupera ninguém, mas é nesse momento de reclusão que os agentes penitenciários deveriam trabalhar para fortalecer os laços do preso com a família, tratá-lo como ser humano, e demonstrar o quanto é significativa uma participação dele na sociedade de maneira ética

e justa. Oferecer-lhes um ajuste ético e planejar lhes experiências que os façam sentir, conscientes que o crime não compensa.

Para Moreira (2007, p. 256), “a ressocialização do condenado se assenta em dois elementos essenciais: a Assistência e o Trabalho”. De fato, é o que determina a Lei de Execução Penal e outras normativas relacionadas a esta área, como por exemplo, as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil, conforme melhor detalhado mais adiante neste trabalho. Moreira (2007, p. 258-9) ainda complementa, afirmando que ressocializar significa “... mudar a maneira de ser de um condenado, conformando o seu comportamento às normas socialmente instituídas, a partir da internalização dos valores, crenças e maneiras de perceber o mundo que são definidas pela instituição penal”.

Em consonância com o artigo 3º da LEP (lei de execução penal) que traduz: “Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. Isto quer dizer que o preso, mesmo privado de sua liberdade, possui direitos, os quais devem ser priorizados para que o preso passe pelo processo de reinserção de forma positiva. Para Nunes (2012, p. 44), “... o conceito de ressocialização de detentos, pelo trabalho e pela qualificação profissional, com o propósito de prepará-los ao reingresso social, baseia-se na afirmação de que o trabalho é fonte de equilíbrio na nossa sociedade”.

É sabido que o condenado é esquecido, trancafiado dentro de uma cela, perdendo alguns de seus direitos essenciais, tais como: a liberdade (isolado da família e do meio social), a identidade (ao ser preso, passa a ser reconhecido por um número de registro e deve adotar uma postura de submissão), direitos familiares e civis (como votar e poder cuidar dos próprios filhos), a privacidade (visto que os presídios tudo é coletivo e superlotado), etc.

O artigo 41 da LEP dispõe em seu texto sobre os direitos do preso. *In verbis*:

Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da

companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Considerando o disposto no artigo supracitado, notamos que o sujeito que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade tem o direito a uma série de assistência social como o princípio de todo o processo de reabilitação. É como se uma nova chance fosse dada para que seus valores morais e éticos sejam resgatados, ensinando que a tortura e a violência não farão deles seres humanos melhores. Assistência material, médica, jurídica, educacional, religiosa e social (artigo 11, da LEP) são direitos inerentes e indispensáveis a qualquer cidadão, inclusive aos presos, internados e regressos.

O processo que facilite a ressocialização por meio da educação é papel do Estado, ele deve adotar medidas educativas e ressocializadoras que tenham como objetivo oferecer aos presos orientações e condições humanizadas enquanto estiverem encarcerados. Não adianta somente encarcerar, devem oferecer condições para que eles possam ser restituídos ao meio social, diminuindo os números da persistência e, conseqüentemente, reeducar o prisioneiro por meio da capacitação profissional, educação, atendimento psicológico e assistência social. Conforme afirma Bitencourt *apud* Mirabete (2008, p. 26):

A instituição penitenciária tem como finalidade reabilitar e ressocializar os apenados, como um método de punir o infrator pelo mal que ele causou a sociedade. Na prisão o condenado deveria ser transformado, reeducado para, só assim, regressar ao meio social como um cidadão útil. Lamentavelmente, não é isso que encontramos na prática.

Enfatiza ainda Carlos Roberto Bitencourt a respeito da execução penal na visão da Criminologia Crítica: “A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmos, no qual se reproduzem e se agravam as graves contradições que existem no sistema social exterior. (...) A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre uma função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação”.

O que se pode salientar diante do exposto, é que a pena não consegue, sozinha, fazer com que o apenado se regenere e reintegre à sociedade. É necessária a união de vários outros métodos (exemplo: participação da família) para que se consigam frutos positivos. Neste sentido afirma Mirabete (2002, p. 24) que:

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior [...]. A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação.

A ressocialização não é unicamente trabalhar a recuperação, para que penitenciário tenha um comportamento de acordo com que a sociedade deseja, mas também visa realizar uma reintegração social eficaz, através de mecanismos e de condições para que este apenado venha a retornar a comunidade sem traumas.

Deste modo, Shecaira e Corrêa Junior (1995, p. 44) definem que:

Ressocializar é a efetiva reinserção social, a criação de mecanismos e condições para que o indivíduo retorne ao convívio social sem traumas ou seqüelas, para que possa viver uma vida normal. Sabendo que o estado não proporciona a reinserção social de nenhum recluso, o que possibilita o retorno à criminalidade, ou a reincidência criminal.

Desta forma, em tese, o trabalho de ressocialização deve ser inicializado logo após o detento dar início ao cumprimento da pena, para que se tenha um efetivo

resultado até o final da execução da pena, pois a finalidade da ressocialização é resgatar a autoestima do apenado e sua dignidade, através de aconselhamento e de condições para um crescimento pessoal, assim planejando e executando projetos que traga um proveito profissional.

A realidade disposta no presídio feminino de Boa Vista\RR, ainda está longe do que se propõe o desejo pessoal das mulheres que estão em cárcere, necessita ter mais cursos profissionalizantes que permitam o ingresso imediato no final do curso no mercado de trabalho, as políticas públicas precisam possibilitar empregos para que a ressocialização seja concretizada de forma eficiente.

2 -Ensino Aprendizagem

O processo de ensino aprendizagem ocorre de forma gradativa, não é algo fácil, mas com determinação se concretiza com êxito. É considerado um dos processos mais complexos e fascinantes do pensamento humano. Identifica o modo de funcionamento cognitivo durante a aquisição de um novo conteúdo seria muito útil na elaboração das estratégias pedagógicas.

Hilgard apud Campos, (1987) define a aprendizagem como um processo pelo qual uma atividade tem origem ou é modificada pela reação a uma situação encontrada, desde que as características da mudança de atividade não possam ser explicadas por tendências inatas de respostas, maturação ou estados temporários do organismo.

Coelho e José (1999) definem aprendizagem como o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro, que se expressa, diante de uma situação-problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência.

Segundo Libâneo (1990:79), devemos entender o processo de ensino como o conjunto de atividades organizadas do professor e dos alunos, visando alcançar determinados resultados (domínio de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades cognitivas), tendo como ponto de partida o nível atual de conhecimentos, experiências e de desenvolvimento mental dos alunos.

O processo de ensino-aprendizagem é uma atividade específica que se distingue pelas suas características próprias. Assim, dentre outras características, apresenta as seguintes: Carácter social, educativo, dialético, sistemático, planejado Desenvolve a personalidade e Regido por leis que se exprimem em regularidades. A respeito, disso Drovot (1995, p. 84) afirma que [...] conceito de aprendizagem não é restrito somente aos fenômenos que ocorrem na escola; o termo tem um sentido muito mais amplo: abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida afetiva e a assimilação dos valores culturais.

Assim enfatiza Beltrán Núñez (2009, p. 93) sobre a diversidade de aprendizados: “Aprendizagem é toda atividade cujo resultado é a formação de novos conhecimentos, habilidades, hábitos, naquele que a executa, ou a aquisição de novas qualidades nos conhecimentos, habilidades, hábitos que já possuam.”

A aprendizagem leva o indivíduo a trilhar novos caminhos, a sentir o desejo de mudança, o anseio por ser bem sucedido em tudo que se propor fazer. Isso só ocorre quando o ser humano se apropria do que aprendeu, e levar para vida inteira, mudando de atitude e buscando melhores condições de vida, aprendizagem não muda comportamento, a força de vontade sim. Lomônaco, 1984, p. 27) criticar essa redução da aprendizagem ao comportamento:

Quando adotamos a conceituação de aprendizagem como mudança de comportamento resultante de prática ou experiência anterior, na verdade estamos equiparando aprendizagem à mudança de comportamento. A definição, de fato, nos diz apenas o que acontece quando o indivíduo aprendeu algo e não o que é realmente a aprendizagem.

Quando se aprende coisas boas, deve se praticar o que aprendeu. O ser humano a cada minuto da vida está evoluindo aprendendo, sejam coisas boas ou ruins, o filtro pessoal lhe possibilita absolver o que lhe tratar sucesso. Como referência, podemos reafirmar esta aprendizagem negativa nas palavras de Witter e Lomônaco (1984, p. 33) quando asseguram que:

É inegável a relevância dos comportamentos aprendidos na vida diária do homem, no progresso da sociedade, na produção de meios e condições que tornam a vida mais agradável. O mesmo pode ser dito destes comportamentos em seu lado negativo, tais como a aprendizagem de agressão, a produção de formas sofisticadas de eliminação de vida [...]

Ninguém ensina o ser humano a ser violento ou a praticar delitos, ferir e machucar seu próximo, é um instinto pessoal, a sua consciência como guia. O educador que atua na educação prisional deve compreender que suas práticas precisam ser pautadas em valores éticos, humanos e solidários, buscando desta forma, melhores condições para o desenvolvimento do detento porque:

A socioeducação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”(Costa, 2006, p. 23).

Assim como nas demais modalidades de ensino, o educador deve compreender as especificidades dos alunos, a realidade em que vivem, dentro e fora do sistema prisional exercer um trabalho comprometido com a ressocialização e cidadania, buscando meios e soluções para transpor os obstáculos que se apresentam. Ao mesmo tempo, o professor precisa ter clareza que como diz (Freire, 2000, p. 97-98):

A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. Ela não o é, precisamente porque poderia ser. E é exatamente essa contradição que explicita, que ilumina, que desvela a eficácia limitada da educação. O que quero dizer é que a educação é limitada, a educação sofre limites.

Paulo Freire reconhecia que embora a educação fosse libertadora ela sozinha não dava conta de resolver todos os males da sociedade. O educador ensina princípios e valores morais em suas aulas, no entanto cabe ao aluno utilizar da forma correta o que aprendeu, Matta (2006, p. 67) aponta que:

[...] o aluno deve perceber a relevância do que está sendo estudado para seus objetivos pessoais. Em outras palavras, é necessário que a aprendizagem seja autêntica e, portanto, provoque real interesse no estudante. Desta forma, ele será capaz de engajar-se e enfrentar as dificuldades da aprendizagem com motivação e empenho.

A educação possibilita uma mudança de comportamento naquele que deseja, o estudante necessita ter mais interesse para enfrentar das dificuldades impostas no processo de ensino aprendizagem. Mayte Moreno (2001, p. 26) nos diz que o professor deve compreender a complexidade do processo de aprendizagem, a diversidade, principalmente as enfrentadas na EJA das cadeias públicas de todo o Brasil,” [...] para conseguir o desenvolvimento de “alunos estratégicos” necessita-se de “professores estratégicos”, que tenham tomado consciência dos complexos processos cognitivos e metacognitivos necessários para aprender.”

O educador precisa estar preparado para efetivar seu trabalho da melhor forma possível, independente do ambiente em que esteja ministrando suas aulas, deve favorecer e estimular seus alunos para não desistirem de concluírem seus estudos.

É necessário que os professores se assumam como produtores de sua profissão. O que implicaria desenvolver o profissionalismo docente, articulado com as escolas e seus projetos, ou seja, as escolas não mudam sem que os professores queiram e desejem e, por sua vez, estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que exercem seu ofício (Nóvoa, 1995, p. 72).

Os professores têm o poder de transformar as instituições de ensino, para melhor ou não, as escolas não mudam sem que os educadores desejem, se disponha a fazer a diferença. Mas não se considera melhor que ninguém porque, (Nóvoa, 2003, p. 14), diz:

Os professores não são anjos nem demônios. São apenas pessoas (e já não é pouco!). Mas pessoas que trabalham para o crescimento e a formação de outras pessoas. O que é muito. São profissionais que não devem renunciar à palavra, porque só ela pode libertá-los de cumplicidades e aprisionamentos. É duro e difícil, mas só assim cada um pode reconciliar-se com sua profissão e dormir em paz consigo mesmo.

O educador prisional é uma profissional que colabora para a reformação daqueles seres humanos e ao assumir a responsabilidade de educar demonstra a busca pela transformação social, seja ela em uma escola para classes mais favorecidas ou em

um presídio. A EJA dentro da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista\RR, não é a escola ideal para que a aprendizagem dessas mulheres seja prazerosa e mais significativa, mas com diz as palavras de Falcão (2001, p. 67) quando salienta o tipo de escola ideal para incentivar nos alunos o desejo de estudar e aprender e o interesse dos professores em mediar e ensinar:

O que se deve buscar na escola é a criação de um clima de simpática acolhida, respeito humano, afeto, envolvendo docentes, funcionários em geral, alunos, pais— clima que constituía incentivo à pessoa que ocorreu ali. As atividades devem ser atraentes e, através delas, deve ficar claro como o aluno pode satisfazer os motivos em oportunidades várias de sua vida. É preciso estar atento aos conflitos motivacionais do aluno, ajudando-o a estabelecer uma hierarquia de valores e a descobrir maneiras adequadas para atingi-los. É importante ajudar o aluno a diversificar os objetivos dentro de uma linha construtiva. Em suma, o que importa é o trabalho de orientar o aluno na efetivação construtiva de seus impulsos por auto conservação e auto expansão.

O que essas alunas privadas de liberdade precisam é um ambiente acolhedor, onde elas se sintam importantes, onde são tratadas com respeito e dignidade, sem discriminação pela condição social em que elas se encontram no momento.

3 - Relações Sociais

As relações sociais são necessárias para a vida em sociedade, pois motivam e orientam o homem no seu processo de desenvolvimento, na sua evolução. A luta pela sobrevivência da espécie humana vem desde os primórdios, fazendo com que as semelhanças e diferenças gerassem grupos sociais com diferentes objetivos: o de produzir, o de estudar, o de se divertir, o de se proteger. Neste caso, necessário e independente de sua vontade de acordo com a situação em que se encontrava no momento. Quanto à importância da autoestima, essa perspectiva contribui muito para um sentimento de felicidade e o bom andamento do processo de ensino aprendizagem, uma vez que

todas as pessoas almejam algo de bom. Provavelmente o sentido da felicidade, por ela ser subjetiva, seja particular e única para cada ser humano. Muitos fatores podem ser considerados como pilares para que alguém seja feliz, deve haver uma certa unanimidade em temas como saúde, escola, realização profissional, experiências afetivas e positivas. Uma das condições para se conseguir o bem estar satisfatório consigo e com os outros é a autoestima (Kroth, 2011, p. 02).

O relacionamento entre os indivíduos é importante na vida de qualquer pessoa, uma vez que a afetividade humana se alimenta de carinho, respeito, reconhecimento e amor recebido através da amizade, da família e do casal. Naturalmente, os vínculos mais superficiais como a amizade e o companheirismo também melhoram a autoestima e a ilusão à vida das pessoas, pois todo ser humano é social por natureza, ou seja, cresce como pessoa ao compartilhar a vida em sociedade. As relações sociais são muito importantes, mas, ao mesmo tempo, são muito complexas. Ou seja, sair dos limites da sua própria individualidade para conectar-se com outro ser humano e manter uma relação por longo do tempo significa deixar para trás o egoísmo para abrir o coração ao próximo.

As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de sentirem-se satisfeitas e serem eficientes em suas vidas, dominando os hábitos mentais que fomentam sua produtividade; as que não conseguem exercer algum controle sobre a vida emocional travam batalhas internas que sabotam sua capacidade de se concentrar no trabalho e pensar com clareza. (Goleman, 1995, p.26)

As relações pessoais ocasionam diferenças de critério, irritação, distanciamento, mal entendidos, falhas de comunicação, silêncios inoportunos e palavras fora do contexto. Além disso, as relações sociais são ideais apenas quando as pessoas têm claras as suas afinidades, ou seja, a preferência por algumas pessoas em relação às outras. É normal uma pessoa ter simpatia pelo outro, da mesma maneira que ela também pode sentir antipatia por alguém. Neste sentido, não é fácil trabalhar com um colega de trabalho que você não se dá bem. O ser humano tem direito ao tratamento respeitoso.

Os indivíduos são sujeitos de uma vida quando eles são capazes de perceber e de lembrar; quando eles possuem crenças, desejos e preferências; quando eles são capazes de agir intencionalmente na busca de seus desejos e fins; quando eles têm uma identidade psicológica que se mantém no tempo; e quando eles manifestam um bem-estar individual derivando da experiência que é

logicamente independente de sua utilidade para os outros, como também dos interesses dos outros. (Regan, 1983).

Do outro lado da balança, as relações pessoais nos proporcionam momentos mais doces graças aos momentos felizes, aos abraços, às chamadas telefônicas dos entes queridos, as comemorações de aniversários com os amigos, as palavras de carinho, o apoio de um parceiro, o namoro, as festas com os amigos, as reuniões de família típicas como Natal, ano novo, etc. Pessoas emocionalmente competentes que conhecem e lidam bem com os próprios sentimentos, e leem e consideram os sentimentos das outras levam vantagem em qualquer campo da vida, seja nas relações amorosas e íntimas, seja assimilando as regras tácitas que governam o sucesso na política organizacional. Para (Goleman, 1995, p.26) As relações sociais são muito importantes. O primeiro núcleo social é a família. A este respeito, vale ressaltar que, é a partir da infância que as crianças assimilam alguns modelos de comportamento através da conduta dos pais. As relações sociais diferem em função do grau de intimidade que uma pessoa tem com a outra, ou seja, de acordo com o grau de confiança.

As afeições sociais só se desenvolvem em nós com nossas luzes. A piedade, ainda que natural ao coração do homem, permaneceria eternamente inativa sem a imaginação que a põe em ação. Como nos deixamos emocionar pela piedade? Transportando-nos para fora de nós mesmos, identificando-nos com o sofredor. Só sofreremos enquanto pensamos que ele sofre; não é em nós, mas nele, que sofreremos. Figuremos quanto de conhecimentos adquiridos supõe tal transposição. (...) Aquele que nunca refletiu, não pode ser clemente, justo ou piedoso, nem tampouco mal e vingativo. Quem nada imagina não sente mais do que a si mesmo: encontra-se só no meio do gênero humano (Rousseau, pp. 287-88).

Os verdadeiros amigos também são fundamentais e um motor de felicidade na vida de qualquer pessoa, a própria amizade é um aprendizado cujo valor é interiorizado na infância. Por outro lado, o amor do parceiro também é uma opção de vida, mas não é o único caminho possível. Também existem pessoas solteiras. Normalmente o ser humano não se encontra isolado, mas vive em sociedade. Consequentemente, compartilha todo tipo de moradia com os demais. Desta maneira, certos problemas afetam vários setores da população e, de alguma maneira, toda população em seu conjunto. Estes tipos de problemas são rotulados como problemas sociais, que ninguém está livre.

Mas logo surgiram dificuldades e impôs-se aprender a vencê-las; a altura das árvores, que o impedia de alcançar os frutos, a concorrência dos animais que procuravam nutrir-se deles, a ferocidade daqueles que lhe ameaçavam a própria vida, tudo o obrigou a entregar-se aos exercícios do corpo; foi preciso tornar-se ágil, rápido na carreira, vigoroso no combate. (...) Aprendeu a dominar os obstáculos da natureza, a combater, quando necessário, os outros animais, a disputar sua subsistência com os próprios homens ou a compensar-se daquilo que era preciso ceder ao mais forte (Rousseau, p. 88).

À medida que o mundo se transforma, o homem também se modifica. Desempenha um papel ativo dentro do contexto social, a partir do momento que começa forjar ferramentas para auxiliá-lo na caça e na pesca, quando junta matéria bruta e da manipulação desta matéria construiu uma cabana, um abrigo para si. Em contrapartida, não se pode duvidar que ele desempenhou um papel passivo ao tornar-se dependente do conforto que as suas inovações lhe proporcionavam.

Desaparecendo gradativamente o homem natural, a sociedade só oferece aos olhos do sábio uma reunião de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas essas relações novas e não têm nenhum fundamento na natureza. O que a reflexão nos ensina a esse propósito, a observação o confirma perfeitamente: o homem selvagem e o homem policiado diferem de tal modo, tanto no fundo do coração quanto nas suas inclinações, que aquilo que determina a felicidade de um reduziria o outro ao desespero (idem, p.114).

Ao longo do tempo todo o universo tem evoluído, natural ou tecnologicamente, com isso o homem tem se modificado para atender as necessidades social que lhe é imposta. Mediante isso integração das pessoas a cada dia fica mais complexo, são inúmeros pensamentos e desejos obscuros, inimagináveis; são diferentes culturas tentando conviver na mesma sociedade de forma amigável. “Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação. (PCN, 1998, p.122)”

A escola tem um importante papel nesse processo, pois necessita reconhecer e trabalhar a diversidade cultural em diferentes ambientes de aprendizagem. Incontestável que a, diversidade, deve ser um fator determinante na construção dos projetos curriculares, a escola deve entender a diversidade cultural (diferentes origens, classes

sociais, valores) não como algo que deve ser diminuído, fazendo com que todos pareçam iguais quando não são, mas como algo enriquecedor para um currículo autônomo, e por isso com objetivos específicos, mostrando as diferenças, valorizando-as, fazendo do espaço escolar um lugar para o exercício de uma educação mais feliz para todos, onde valores e culturas existem com respeito e entendimento de ambas as partes. A escola deve ser um espaço de inclusão, onde, a direção da escola, professores e alunos estabeleçam um compromisso com base na coesão social, estes princípios devem ser transversais ao conteúdo de cada disciplina.

As aulas ministradas no sistema prisional, devem ter um dinamismo diferenciado, pois é uma realidade marcada pelo sofrimento de está impossibilitado de sair daquele espaço. O processo de integração social do apenado é solicitado pela execução penal, que é fundada na teoria mista ou eclética, de natureza recompensada da pena, ou seja, não requer somente a prevenção de delitos, mas também a humanização do apenado (humanizar para não pecar novamente).

O estado sistematiza que além de punir a pessoa pelo delito praticado, ela deve ser reintegrada à sociedade, oferecendo condições para que ela retorne à sociedade, sem necessitar regressar ao mundo do crime. Perceptível compreender que não há como separar a punição da humanização, ambas se completam e buscam uma melhora dos apenados. Neste sentido, é extremamente importante que a ressocialização, realizada através dos estudos, da profissionalização e do trabalho, juntamente com a assistência à saúde e a religião, obtenham êxito, pois é a partir desse trabalho de recuperação que o apenado será reintegrado a sua comunidade e terá consciência de que ele deverá se adequar as regras e obterá valores e que estará pronto para retornar à sociedade.

[...] que deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos (Teixeira, 2007, p. 15).

É imprescindível destacar a importância do trabalho para a mulher privada de liberdade, pois o mesmo a levará a busca de valores morais e bens materiais, pois o oferecimento de cursos profissionalizantes acaba com um problema cultural e outro

profissional, pois possuímos a concepção de que a pessoa não dispõe de uma formação educacional e por não haver outra saída, foram para a criminalidade. Deste modo, o trabalho aparece para resgatar a dignidade humana, constituindo uma formação para as detentas, assim como para os seus familiares e para os profissionais que irão trabalhar diariamente com estas pessoas.

No entanto, não só o trabalho irá ajudar em sua ressocialização, mas também os estudos e uma profissionalização ou aperfeiçoamento de sua profissão, pois quando retornar ao convívio em sociedade, ele poderá dar continuidade aos seus estudos, caso ainda não tenha concluído no decorrer da sua pena, ou poderá dar início a sua nova profissão.

4 - Educação e Cidadania

Atualmente, vivemos em constante mudança em todos os sentidos da vida social e cultural, isso nos leva a perceber a necessidade que temos de inclusão no nosso conhecimento da diversidade e do enredamento dos problemas sociais, entendendo que sempre se pode trabalhar na igualdade o que é diferente. Reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade ética e cultural dos diferentes grupos, em que determinante da classe social, raça, gênero e diversidade atuam de forma marcante.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característica de pais colonizado-quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (PCNs, 1997, p.21).

A diversidade vista do ponto cultural pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças, que foram construídas pelos sujeitos sociais ao longo das relações históricas. Portanto o “diferente” só passa a ser percebido dessa forma, porque nós seres humanos assim os identificamos.

Sabe-se que a escola tem função educativa e a responsabilidade de transmitir conhecimentos sistematizados, porém acaba não desempenhando seu papel devido à enorme diversidade encontrada no seu meio escolar. Então na tentativa de não discriminar acaba por trabalhar as diferenças e quando ocorre trabalhar-se a diversidade, sem problematizar. Não podemos esquecer que fazemos parte do processo em busca do reconhecimento das igualdades sociais pois, os professores, devem propagar no ambiente escolar o respeito as diferenças, cada um reconhecendo sua identidade, se valorizando como pessoa. Assim fala (Gonçalves e Silva, 1996:175), sobre o ser humano se valorizar, não desprezar suas raízes, se admitir como é.

Fazem parte de uma população culturalmente afro-brasileira e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mais nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

Fica evidente que, os professores possuem muitas vezes pouco conhecimento para trabalhar a diversidade com os alunos, pois é um assunto complexo com diferentes olhares, cada um apresenta suas próprias colocações sobre o tema, já tem predefinidos seus conceitos, adquiridos ao longo da vida. (Roesch, 2001, p.135), menciona que as práticas educativas influenciam os alunos na sua concepção de mundo, a forma de ver tudo ao seu redor:

O cotidiano escolar é o espaço onde se concretiza a produção do insucesso escolar devido às práticas preconceituosas. Nas discussões das reuniões pedagógicas, podemos flagrar essas práticas preconceituosas do corpo docente e vivenciar situações onde os professores não negros expressam comentários depreciativos a respeito das pessoas negras. Pode-se verificar como se reproduz o preconceito no grupo de professores, quando expresso em seus discursos publicamente.

Uma palavra lançada se enraíza para uma vida inteira, o educador deve ter cuidado com a forma com a qual está ministrando suas aulas, como está repassando os

conhecimentos, para que a discriminação e o preconceito não aumentem mais, pois a educação deve promover o aumento da cidadania somente, de acordo com Silveira, Nader e Dias (2007, p. 36)

De um modo geral, a educação, tem por finalidade proporcionar condições de entrada e de aumento de cidadania mediante métodos educativos, de sistematização das noções socialmente acumulados pela humanidade. Tais noções são formalizadas no âmbito da escola cuja função primordial é a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

A educação possui o desafio de mobilizar o aluno, independentemente de onde esteja, ativá-lo a ser um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, crítico diante dos fatos. Para tanto precisa haver motivação por parte do educador, se utilizando dos conhecimentos que o aluno já possui. Na defesa desta afirmação está a opinião de Onrubia (1993), citada por Marchesi e Martín (2003, p.243):

“Se a ajuda oferecida não se conecta de alguma forma com os esquemas de conhecimento do aluno, se não é capaz de mobilizá-los e ativá-los e, ao mesmo tempo, forçar a sua reestruturação, não estará a cumprir efetivamente a sua missão. Assim, a condição básica para que a ajuda educativa seja eficaz e possa atuar como tal é que essa ajuda se ajuste à situação e às características que apresente, em cada momento, a atividade mental construtiva do aluno”.

O ensino aprendizagem deve ser favorável ao desenvolvimento intelectual de todo ser humano, o ensino necessita ser ministrado de forma a ativar a mente e possibilite o aluno a construir novos conceitos. A cultura produz um sistema de classificação, sistemas simbólicos de identificação e exclusão que negam características do outro por não serem semelhantes às suas e em muitas circunstâncias, como o encontro entre europeus e indígenas, esse choque, produzido no encontro com a diferença, como desconhecido o não reconhecimento das diferenças foi produtor de violência. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura, (Laraia, 2001, p. 36)”

A educação trabalha com a funcionalidade de produzir indivíduos aptos ao convívio social. Sem nenhum tipo de discriminação por qualquer ato criminoso que o aluno tiver cometido fora do âmbito escolar.

Homens e mulheres precisam de uma existência unificada. Sua participação em uma cultura é um dos fatores que lhes proporciona o sentido de pertencer a algo. A cultura dá um sentido de segurança, de identidade, de dignidade, de ser parte de um todo maior e de partilhar a vida de gerações anteriores e também das expectativas da sociedade com respeito a seu próprio futuro. (Santos, 2012, p. 16).

Partindo desse pressuposto, as práticas educativas devem ser pensadas e desenvolvidas levando em consideração a vivência do educando, considerando uma pedagogia constituída no diálogo, na participação coletiva. Pedagogia essa que pode ser potencializada mediante a concretização de oficinas pedagógicas, roda de conversa, debates, círculos de cultura e de lazer, entre outros.

No desenvolver de sua função social, a escola, necessita defender o respeito à diversidade e a tolerância à diferença, no desenvolvimento de ações democráticas, levando em consideração as diversas maneiras de pensar, agir e sentir, informações indispensáveis à boa performance do professor que tenha em vista a construção de uma cultura escolar baseada na vivência com a diversidade.

A escola tem um papel efetivamente de transformar a realidade social dos educandos, caso contrário não teria sentido enfileirar os alunos todos os dias para o 'heróico' ato de ensinar. Uma sociedade democrática parte do princípio dos direitos e deveres. Parte do ideal de justiça social, e respeito aos cidadãos. É de fato o papel da escola é incitar a reflexão nesses temas, entretanto cabe à ela ainda demonstrar na prática a utilização de tais conceitos.

5 - Perspectivas e Liberdade

O sistema prisional do Brasil tem deixado muito a desejar, em termo de estrutura física, organização e administração. Nos dias atuais encontramos um cenário onde se

pode reconhecer a edificação da ciência do direito, a necessidade de respeitar os direitos humanos, a integridade física e moral do indivíduo, ao mesmo tempo em que encontramos sobretudo o uso do Direito Penal como principal instrumento da Política Pública para tentar suprir ou complementar as carências e deficiências nos conflitos sociais que estariam contidos na responsabilidade das outras áreas do Direito. A execução penal busca promover a ressocialização, respeitando as particularidades de cada ser humano privado de liberdade.

Como expõe Mirabete (2006, p. 62)

A execução penal tem como princípio promover a recuperação do condenado. Para tanto o tratamento deve possibilitar que o condenado tenha plena capacidade de viver em conformidade com a lei penal, procurando-se, dentro do possível, desenvolver no condenado o senso de responsabilidade individual e social, bem como o respeito à família, às pessoas, e à sociedade em geral.

A intensão do processo de ressocialização, é buscar subsídios que possa fazer com que o preso não tenha mais vontade de praticar qualquer delito, conscientizar a ser realmente cidadão, com direitos e deveres em dias. Desenvolver no íntimo dele o senso de responsabilidade seu próprio e das outras pessoas. Porém, Bittencourt (1996, p.25) salienta que

[...] a ressocialização não é o único e nem o principal objetivo da pena, mas sim, uma das finalidades que deve ser perseguida na medida do possível. Salienta também que não se pode atribuir às disciplinas penais a responsabilidade de conseguir a completa ressocialização do delinquente, ignorando a existência de outros programas e meios de controle social através dos quais o Estado e a sociedade podem dispor para cumprir o objetivo socializador, como a família, a escola, a igreja, etc.

Nesse mesmo sentido, Santos (1995, p.193) afirma que a ressocialização “[...] é a reintegração do delinquente na sociedade, presumivelmente recuperado” e Albergaria (1996, p. 139) ressalta que

[...] a ressocialização é um dos direitos fundamentais do preso e está vinculada ao welfare state (estado de direito), que [...] se empenha por assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, para ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. O delinquente, como indivíduo em situação difícil e como cidadão, tem direito à sua reincorporação social [...].

O homem e a mulher privado de liberdade possui o direito a se incorporar a sociedade, ter a oportunidade de trabalhar para o sustento de sua família. Diante disso são necessárias políticas públicas favoráveis nesse processo, com uma educação que priorize a pluralidade dos indivíduos que ali se encontram, reintroduzindo em cada um dos benefícios de cumprir as leis. Neste mesmo sentido, Gomes (2012, p.48) destaca que a educação.

[...] é fundamentalmente uma forma de poder que potencializa virtudes e pessoas. O direito à educação é muito mais do que um direito à sala de aula. É um direito proeminente à maior qualidade de vida. A singularidade do sistema prisional e a pluralidade dos sujeitos detentos reivindica uma educação prisional que deixe de ser pensada como um benefício e seja vista como a razão de ser do sistema prisional.

A educação é direito de todos, independentemente do ambiente em que se encontra, a EJA nas penitenciárias surge como a porta de acesso a um mundo promissor, com possibilidades de um recomeço, onde suas diferenças são respeitadas, como Stainback (1999) quando este afirma que:

Sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. Devido ao fato de as nossas sociedades estarem em uma fase crítica de evolução, do âmbito industrial para o informacional e do âmbito nacional para o internacional, é importante evitarmos os erros do passado. Precisamos de Escolas que promovam aceitação social ampla, paz e cooperação. (pp. 26 –27).

As diferenças precisam ser aceitas, e a educação é uma porta importante que está sendo aberta para os apenados que não concluíram seus estudos, uma estratégia de

reintegração por meio do ensino, os cursos profissionalizantes que são ofertados trazem um novo ânimo para conseguir ter uma profissão digna e o sucesso profissional. No entanto em termo de conseguir um trabalho ao conseguir a liberdade, não é uma tarefa fácil, muito receio por parte do empregador em empregar um ex-presidiário, conforme destaca Rogério Greco (2011, p. 443): “Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao normal convívio em sociedade”.

A educação deve promover a liberdade em diferentes sentidos, de alma, atitudes, mudança, responsabilidade, expressão e respeito ao próximo. De acordo com o significado definido sobre a liberdade que o direito de agir segundo o seu livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa, é a sensação de estar livre e não depender de ninguém. Liberdade é também um conjunto de ideias liberais e dos direitos de cada cidadão. Assim diz Bourdieu (1979, p. 79) sobre estilos de vida e distinções sociais:

A verdadeira educação deve ser aquela que se coloca numa posição de responsabilidade e liberdade, distanciando-se do controle social, assim como no processo educativo, em que suas normas são definidas de acordo com o tempo, a maneira de pensar, a cultura e a realidade de cada contexto social, podendo concluir que a educação ideal é aquela capaz de perceber as diferenças, respeitá-las promovendo a interação.

Em todos os contextos sociais é necessário perceber as diferenças, respeita para que a interação entre os seres seja completa. Segundo o contexto de ética, a liberdade está relacionada com responsabilidade, uma vez que um indivíduo tem todo o direito de ter liberdade, desde que essa atitude não desrespeite ninguém, não passe por cima de princípios éticos e legais.

Quando se está em um estabelecimento prisional o maior desejo interno, pessoa é o de alcançar a liberdade, conseguir exercer seu livre arbítrio, poder ir e vim sem pedir o consentimento de ninguém. A partir do momento que se estipula o total da pena, o

peso dos anos sobre cai sobre o apenado, mas nem se compara ao passado onde segundo Corrêa Junior (2002, p.27).

[...] A pena principal era a morte, variando as formas de execução como a forca, cruz, serra, fogo, apedrejamento, espada, afogamento, roda, esquartejamento, animais ferozes, flecha, martírio com espinhos, pisoteio de quadrúpedes, queda em precipício e outras. Havia também um início de demonstração de penas alternativas da de morte, como a prisão, excomunhão, privação de sepultura, multa, composição e asilo para o homicídio culposos.

Os presidiários hoje em dia possuem uma conquista a seu favor, que é o direito a ressocialização, tendo como pressuposto a educação e o ensino profissionalizante oferecido pelo estado, com a intenção de auxiliar na inserção ao mercado de trabalho e a família. Conforme afirma Maurício Kuehne (2013, p. 32).

O trabalho, sem dúvida, além de outros tantos fatores apresenta um instrumento de relevante importância para o objetivo maior da Lei de Execução Penal, que é devolver à Sociedade uma pessoa em condições de ser útil. É lamentável ver e saber que estamos no campo eminentemente pragmático, haja vista que as unidades da federação não têm aproveitado o potencial da mão de obra que os cárceres disponibilizam.

A dignidade do ser humano está no trabalho, para os ex-presidiário conseguir um bom emprego ao sair da cadeia, se torna meio difícil, as empresas em sua maioria se recusam a empregar pessoas que já cumpriram pena. O estado com suas políticas de inclusão deve promover a integração dessas pessoas ao mercado de trabalho em consonância com as empresas.

6 - Educação e a Qualidade de vida

A evolução educacional no sistema prisional, ainda é inexpressiva, mas já reflete a ação educacional institucional, o programa de ensino EJA e os cursos profissionalizantes, visam promover a educação do preso, proporcionando escolaridade de ensino fundamental e médio e curso técnico em diferentes modalidades, promovendo

a formação profissionalizante, geração de renda, cultura e esporte, apoio ao sustento e à liberdade.

A educação nas prisões tem como principal finalidade qualificar o indivíduo para que ele possa buscar um futuro melhor ao sair da prisão, já que o estudo é considerado hoje um requisito fundamental para entrar no mercado de trabalho, e a maioria dos detentos não possuem nem ensino fundamental completo. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006, p. 32)

A escola, no âmbito específico de sua atuação, pode contribuir para a realização de ações educativas que visem fomentar/estimular/promover a cultura dos direitos humanos mediante o exercício de práticas educativas de promoção e fortalecimento dos direitos humanos no espaço escolar, ajudando a construir uma rede de apoio para enfrentamento de todas as formas de discriminação e violação dos direitos.

O intuito é, alargar a educação a todos os domínios humanos, visando à formação total do aluno. Também para Santomé (2006):

A educação serve para fazer compreender às pessoas que um outro mundo é possível; contribui para torná-las conscientes da necessidade de fazer tudo quanto necessário for para construir sociedades mais justas, democráticas e solidárias. São as cidadãs e os cidadãos instruídos os que contribuirão de forma mais decisiva para a promulgação de leis que tornam os direitos humanos e a democracia numa realidade. Podemos dizer que os sistemas educativos são um dos pilares fundamentais para proceder à contínua construção de um mundo mais justo; constituem um dos recursos primordiais por meio dos quais todas e cada uma das pessoas levam adiante a conquista dos seus direitos, assim como os das comunidades e povos no seio dos quais vivem e trabalham. (p. 99)

O sistema educacional forma um dos pilares para a construção de um mundo melhor, mas justo, com a igualdade de direitos garantidos, sem discriminação.

A educação enquanto instituição social é capaz de combater a discriminação que se manifestam em ações e palavras, sendo necessários se revisitar suas ideologias formadoras que, para que isso aconteça, é necessária uma análise por parte da escola de suas relações, práticas e valores instituídos. Ou seja, “a escola possui um desafio de criar outras formas de relação social e interpessoal, posicionando-se crítica e responsabilmente diante delas” (BRASIL, PCN, 1997).

A discriminação tem feito parte da cultura social do país, pois vem desde o primor civilizatório, a rejeição com os apenados que se encontram em liberdade é visível, verificar se que a maioria das mulheres em liberdade teve, como primeiro emprego, funções de pouco destaque público e baixa remuneração, que representavam uma extensão do lar e do papel feminino desenvolvido por estar na esfera privada, na maioria das vezes, exercidas na informalidade, sem garantias dos direitos trabalhistas.

Tudo isso ocorre pelos fatores associados a pouca escolaridade devido ao ingresso precoce no mercado de trabalho, na maioria das vezes, no setor informal e em funções de subemprego, e a maternidade também precoce faz parte da realidade da maioria das mulheres em cumprimento de pena. O que amplia o grau de vulnerabilidade emocional destas, trazendo demandas de cunho subjetivo para o programa educacional desenvolvido, que influenciam consideravelmente na aprendizagem e interesse das internas.

A responsabilidade pelo sustento da família, principalmente das reeducandas que possuem filhos, é um fator que traz considerável preocupação e sofrimento emocional. Muitas encaminham quase todo o dinheiro que recebem de algum trabalho realizado na prisão para os familiares. A quantidade de filhos por mulheres também é considerável fator de agravamento das condições materiais e da situação de vulnerabilidade familiar.

O nível de educação da população é um dos fatores responsáveis pela melhoria na qualidade de vida. Se um país ou uma cidade possui alguma deficiência na qualidade de educação dos habitantes, também podemos esperar problemas em manter a qualidade de vida desses indivíduos. Em alguns casos, a situação é muito precária e exige anos para fazer uma melhoria significativa. A educação de qualidade faz com que as pessoas evoluam e busquem melhorar suas vidas, com isso o governo local também consegue a oportunidade de investir na qualidade de vida de seus cidadãos. De acordo com Minayo et al. (2000, p.10), qualidade de vida

é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos

significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Quando o governo investe em educação, também está investindo em todo tipo de melhoria possível, pois é a educação que irá fazer com que um país ou cidade se desenvolva economicamente. Isto irá ajudar um jovem a construir uma carreira longe das drogas e que irá melhorar a qualidade de vida da pessoa. Com pessoas capacitadas e bem treinadas na sua vida profissional, ela terá oportunidades valiosas de crescer e se tornará realizado em seu trabalho. Toda uma nação cresce quando tem bons profissionais entre seus habitantes, pois além de realizar trabalhos importantes com maior qualidade, a economia do país cresce com a cobrança de impostos e com a diminuição das famílias carentes que precisam da distribuição de ajuda governamental constantemente.

As pessoas que tem a oportunidade de trabalhar com aquilo que mais gostam são mais felizes e vivem muito melhor, acabam ganhando mais disposição pelo simples fato de todos os dias estarem motivados para trabalhar da melhor forma possível e sempre dão melhores resultados dentro de uma empresa. Mas toda essa realização só é possível ser alcançada com a boa educação que o próprio governo pode disponibilizar à população.

A democratização do ensino e a explosão escolar podem ser considerados como os fatores que condicionam essa desigualdade de oportunidades, pois as escolas urbanas na sua maioria podem estar sujeitas a aquilo que Rui Canário (2005:162) diz: “*As políticas educativas direcionada a estes públicos estão baseadas a uma discriminação positiva passando da perspectiva de igualdade de oportunidades para combate à exclusão*”.

Dentro do sistema prisional a educação ofertada pela modalidade EJA, busca da melhor forma possível introduzir os conhecimentos, não esquecendo a condição social em que o seu alunado se encontram no momento. As aulas ministradas visam focar no desenvolvimento intelectual de mudança de atitude, pensamento, com a intensão de minimizar a reincidência de encarceramento. A educação é um direito assegurado por

lei, que precisa ser efetivado com entusiasmo, visando a mudança de valores. Neste sentido, Rosa (1995, p.54) expõe que

O apenado é um sujeito que possui direitos, deveres e responsabilidades. Assim, deve contribuir com o trabalho; disciplina; obediência aos regulamentos da instituição na qual cumpre pena, bem como ter instrução através de aulas, livros, cursos, etc.; ensinamentos morais e religiosos, horas de lazer; tratamento digno e humano que possam possibilitar na sua reestruturação não só como pessoa, mas como ser humano.

O ser humano tem a oportunidade de mudar de vida, através da educação oferecida pelo estado, no entanto é preciso que a educação se estruture melhor, para não perder sua razão de estar dentro do sistema prisional. Leite (2002) avisa:

Se a educação escolar não se transformar, quebrando o tradicionalismo que a caracteriza e englobando na sua cultura, subculturas de populações ou grupos que até há pouco tempo ignorava, ou que lhe eram estranhas, bem como questões das realidades locais e mundiais, está sujeita, pelo menos a duas situações: perder uma das razões da sua existência e que é a de contribuir para uma educação para todos; ser um veículo de marginalização de certos grupos sociais e obrigá-los a um processo de assimilação, sujeitando-os a uma perda das suas identidades culturais. (p. 97)

7 - O Aspecto acolhedor do educador

O educador no decorrer do seu trabalho educacional deve buscar um ambiente acolhedor, respeitando as diversidades culturais de cada aluno. No início da vida escolar, o professor tem um papel central na vida da criança. Esta importância perdura em toda a vida escolar. Os professores que as crianças terão, determinarão se as suas experiências acadêmicas facilitarão seu sucesso ou aumentarão suas dificuldades, provocando frustrações.

“Recompensam a ordem, a obediência, a cooperação e a limpeza, punindo o esbanjamento, a falta de responsabilidade, a mentira e a agressividade. Muitas professoras afirmam que roubar, enganar, mentir e desobedecer são os crimes mais sérios que uma criança

pequena pode cometer. É fácil verificar que os padrões anteriores de reforços e punições familiares podem facilitar o ajustamento inicial de meninas aos valores dos professores” (Mussen, Conger e Kagan, 1977:406).

O bom professor passa a ser admirado e respeitado pelos alunos, servindo de referência para os mesmos, visto o tempo que passa com ele. Como o professor, os alunos têm possibilidade de crescer. O professor tem a possibilidade de educar e impor limites, limites que por outro lado, promove aberturas para situações. O professor influencia na vida escolar de seus alunos, pode amenizar problemas de comportamento, levando seus alunos a obterem sucesso ou fracasso durante a vida acadêmica. O relacionamento entre o educador e o aluno traz grande influência na qualidade do ensino, na extinção da discriminação social, assim de acordo com PCN (1999, p. 25):” própria ação educativa é um reflexo da discriminação que ocorre na sociedade, haja vista que as expectativas geradas na relação professores alunos em sala de aula influenciam na qualidade do ensino especialmente para as camadas populares”.

O ambiente de aprendizagem escolar deve ser condicionante em termo físico para o desenvolvimento dos alunos, pois é um local em que um indivíduo está sujeito a oportunidades de aprendizagem ou, é uma sucessão de feitos que promovam a aprendizagem. Abarca, objetos e recursos que interagem no processo de aprender. Um exemplo de ambiente de aprendizagem é o escolar, que é um ambiente planejado, ou organizado, para que ocorram práticas educativas. Nesse ambiente, o professor tem um papel fundamental, que pode ser tanto na preparação, organização e sistematização da aprendizagem, como no direcionamento ou orientação do processo de aprendizagem.

O ambiente de aprendizagem escolar é um lugar previamente organizado para promover oportunidades de aprendizagem e que se constitui de forma única na medida em que é socialmente construído por alunos e professores a partir das interações que estabelecem entre si e com as demais fontes materiais e simbólicas do ambiente (Moreira, 2007).

Na direção que a aprendizagem aconteça é necessário que diversos fatores estejam favoráveis, ou seja, o ambiente físico deve ser agradável, os recursos materiais e

humanos devem ser atrativos e o próprio aluno deve ter a vontade de aprender. Procuramos em seguida refletir sobre alguns aspectos mais próximos da realidade agida pelo professor definindo um quadro de desenvolvimento de relações pedagógicas com um potencial de sucesso. *A ação do professor é a parte que faz a diferença na aprendizagem do educando.*

Ensinar e aprender envolve personagens que podem ser influenciados em sua dinâmica relacional por diversos fatores sociais, que permitem contribuir ou não para a criação de oportunidades de aprendizagem. No processo educativo, o papel e a postura do professor devem variar em função das características e necessidades dos seus alunos. O professor ajuda seus alunos a aprender. Para que essa relação seja próxima e proveitosa o professor deve determinar e executar ações que caminhem para o sucesso do educando e conseqüentemente da aprendizagem. O professor pode tomar ações como, estabelecer, no início das aulas as regras de conduta coletiva; empregar tarefas diversificadas; incentivar o pensamento independente e encorajar a autonomia do aluno; avaliar sistematicamente a aprendizagem, fazendo dos erros oportunidades de aprendizagem.

Não se pode negar que o professor é um mediador entre o ser aprendente e o conhecimento. A postura desse profissional compromete bastante o resultado dessa aprendizagem, ele deve assumir uma postura não apenas de transmissor de conhecimento, mas de formador de cidadãos através de uma relação amigável, confiável e significativa.

O professor ao tomar atitudes democráticas, propor tarefas diversificadas de modo a responder a demanda dos alunos, avaliar a aprendizagem e exercer o controle e a autoridade, estará a criar ambientes que afetam a motivação e a aprendizagem, esta opinião pode ser fundamentada pelo autor Antunes, 2003 ao afirmar que:

“Nós educadores sabemos que é preciso oportunizar um ambiente democrático e propício ao desenvolvimento harmonioso dos alunos, objetivando a participação e a

responsabilidade de cada um nesse ambiente, pois quando o mesmo é agradável, a aprendizagem ocorre com mais facilidade e torna-se prazerosa” (p.25).

Nas instituições de ensino o educador se depara com diversas situações com realidades diferentes, aquelas em que as condições físicas são favoráveis a aprendizagem e outra completamente desajustada. O que se pode perceber, é que o tipo de sala de aula, a disposição das carteiras e a posição dos alunos, por exemplo, são aspectos importantes na aprendizagem.

Mas, o que faz muita diferença nas escolas é o professor como maior responsável pelo sucesso e obtenção de resultados muito satisfatórios. Não podemos olhar para as escolas numa vertente de igualdade, pois a escola é dinâmica e cada uma tem a sua realidade e condições que lhe são peculiares.

8 - Direitos Humanos

A Constituição estabelecida, tem por objetivo a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos, o modo de aquisição de poder e a forma de seu exercício, limites de sua atuação, assegurar os direitos e garantias dos indivíduos, fixar o regime político e disciplinar os fins socioeconômicos do Estado, bem como os fundamentos dos direitos econômicos, sociais e culturais. Dessa maneira é o vértice de todo o sistema normativo, devendo ser levado em consideração sua superioridade jurídica, pois as normas constitucionais são hierarquicamente superiores a todas as demais normas jurídicas.

Em constância hoje no Brasil está a Constituição de 1988 que é a norma suprema do ordenamento jurídico dentro de nosso país, e, notório que em tal documento estão resguardados os direitos fundamentais de cada indivíduo, sendo tais direitos o núcleo da proteção da dignidade da pessoa humana. Ponderada como a proteção da

dignidade humana como um dos pilares do Estado Democrático de Direito e do ordenamento jurídico, uma vez que é pertinente a todo e qualquer ser humano, embora possua um conceito em constante mudança, Assim diz Sarlet (2011, p. 73):

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.

No sistema prisional do Brasil, o respeito ao próximo está distante de se tornar real, a educação vem para contornar essa situação. Ao longo dos anos, alguns marcos em relação ao sistema prisional foram alcançados, dentre eles, vale tecer algumas considerações acerca da política de execução penal em vigor atualmente no País, e as metas traçadas pelo sistema carcerário.

Compreende-se como o primeiro dos órgãos da execução penal o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República e subordinado ao Ministério da Justiça. Foi criado em 1980, e preconiza a implementação de uma política criminal em todo território nacional, ainda, proporciona no contingente de informações, de análises, de deliberações e de estímulo intelectual e material às atividades de prevenção da criminalidade. Importante ressaltar também a existência do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária –CNPCP.

Na aplicação da lei a pena é compreendida como uma punição para quem comete algum delito de alta periculosidade, que foge dos padrões sociais. Neste nível Santos (2005, p. 60) ressalta que:

A pena criminal é definida como consequência jurídica do crime, e representa, pela natureza e intensidade, a medida da reprovação de sujeitos imputáveis, pela

realização não justificada de um tipo de crime, em situação de consciência da antijuricidade (real ou possível) e de exigibilidade de conduta diversa, que definem o conceito de fato punível.

A punição se caracteriza de acordo com o crime cometido, o preso tem que aprender na pressão a se relacionar com o seu próximo, obtendo um comportamento adequado para seu bem estar, obedecendo as regras que lhe são impostas. Segundo Bitencourt (2011, p. 186):

A influência do código do recluso é tão grande que propicia aos internos mais controle sobre a comunidade penitenciária que as próprias autoridades. Os reclusos aprendem, dentro da prisão, que a adaptação às expectativas de comportamento do preso é tão importante para seu bem-estar quanto à obediência às regras de controle impostas pelas autoridades.

O papel do Estado e sua responsabilidade pelo encarceramento e garantia do exercício do direito No momento em que as leis são criadas, ocorre a vinculação do Estado. Seus agentes, em todas as esferas, têm como obrigação – e não como opção – fazer valer o que está positivado em nosso ordenamento jurídico, precipuamente na Constituição brasileira de 1988. O papel do Estado é conflitante, visto que é o responsável pelo encarceramento de pessoas que delinquiram em dado momento e ainda garantir que seus direitos sejam exercidos. Direito a alimentação, educação, saúde e etc. o ambiente prisional atualmente ainda deixa muito a desejar, em sua estrutura física e assistência especializada em diferentes âmbitos.

Nesta linha de pensamento, Coelho (2003, p.1) destaca que:

[...] a nossa realidade é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer em jaulas) sujas, úmidas, anti-higiênicas e super lotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé.

O sistema penitenciário está com uma lotação avançada, uma estrutura desorganizada, faltando políticas públicas preocupadas com o bem-estar dos seres humanos que estão ali, entendendo esse espaço como uma sociedade, Thompson (1980, p. 21-22) enfatiza que, “[...] a penitenciária é uma sociedade dentro de uma sociedade, uma vez que nela foram alteradas, drasticamente, numerosas feições da comunidade livre”. A ressocialização é um direito assegurando ao homem ou mulher privado de liberdade, que precisa cumprir pena dentro do presídio, seja masculino ou feminino, esse direito nem sempre é cumprido da forma correta, devido ao número de presos nos presídios.

Deste modo, a instituição que deveria ressocializar, torna-se uma espécie de “escola do crime”, onde os apenados que são considerados perigosos, tornam-se criminosos profissionais, calculistas e impossibilitados de viverem em sociedade, conforme as palavras de Denise de Roure (1998) “falar em reabilitação é quase o mesmo que falar em fantasia, pois hoje é fato comprovado que as penitenciárias em vez de recuperar os presos os tornam piores e menos propensos a se reintegrarem ao meio social”.

A ressocialização não está sendo proporcionada a todos os presos, devido a superlotação e o grau de violência presente em alguns locais. Mais é importante que se trabalhe de diferentes modos para concretizar esse direito de cada preso. O que deveria ser feito é evitar que a pessoa pratique ações delituosas desde cedo, dando-lhe uma boa educação, o corrigindo sempre que for necessário e possível, dialogando ao máximo, conforme descreve Beccaria (2007, p. 101)

É preferível prevenir os delitos a ter de puni-los; e todo legislador sábio deve antes procurar impedir o mal que repará-lo, pois uma boa legislação não é mais do que a arte de proporcionar aos homens a maior soma de bem-estar possível e livrá-los de todo os pesares que se lhes possam causar, conforme o cálculo dos bens e dos males desta existência.

A ressocialização quando realizada com perseverança, não irá trazer benefícios somente para aquele que está passando por ela, mas também para seus familiares, pois, após sair do sistema carcerário, o ressocializado irá analisar o que aconteceu com a sua vida após ter cometido o delito que o levou a prisão, desta forma, suas atitudes serão

outras, e ele irá dar mais valor à sua família, de modo que o seu cotidiano será diferente, buscando ficar longe da criminalidade. Vale ressaltar que não é unânime esse ponto, pois muitos detentos ao sair acabam por cometer novas infrações, prejudicando ainda mais seu futuro.

Com a finalidade de que se tenham bons resultados, a ressocialização deve ser visível e apresentar resultados favoráveis, inquestionáveis, pois somente assim é que a sociedade verá que aquelas pessoas que antes eram consideradas “desprezíveis” foram reabilitadas e que não irão cometer os mesmos erros do passado, reduzindo com isso a reincidência, já que os profissionais que trabalham com a ressocialização destes apenas acreditam em sua “reeducação”, através da educação. Baratta (1997, p. 76) defende o uso do conceito de reintegração social ao invés de ressocialização, pois para ele esse conceito representa um papel passivo por parte da pessoa em conflito com a lei e, o outro, ativo por parte das instituições, que traz restos da velha criminologia positivista, “que definia o condenado como um indivíduo anormal e inferior que deveria ser readaptado à sociedade, considerando esta como ‘boa’ e o condenado como ‘mau’ [...]”.

Neste sentido, é notório que por mais que o Brasil possua uma legislação que dá ao apenado a garantia da reinserção à sociedade através da educação, a profissionalização e de um tratamento mais humano, na prática, o Estado não está conseguindo suprir essa demanda, posto que pode-se observar as condições precárias na maioria dos presídios e, em alguns, os programas de ressocialização não conseguem ser efetivados.

Dessa maneira, o trabalho de ressocialização se torna mais complexo, já que o sistema penitenciário possui altos custos e o Poder Público não consegue investir de forma expressiva para que as condições de permanência do detento nos estabelecimentos prisionais sejam oferecidas minimamente, resultando desta forma, na insuficiência de leitos para todos os apenados.

9 - A Educação de Jovens e Adultos – EJA – em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96 – que perpassa todos os níveis da Educação Básica, destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não deram continuidade ao Ensino fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Educação de Jovens e Adultos, deverá desempenhar três funções básicas:

- Função reparadora: refere-se ao direito a uma escola de qualidade, como também, ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.
- Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação.
- Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. É o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Entretanto, é importante salientar que as diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos nas prisões passam a ser discutidas na década de 1990, a partir de ciclos de palestras, com o escopo de implantar o projeto Educando para a Liberdade. Para essa modalidade, foram elencados três eixos de atuação prioritários: gestão, articulação e mobilização; formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; e os aspectos pedagógicos.

A agenda para o Futuro da Educação de Adultos, resultante da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea) em 1997, faz referência específica à população carcerária no Tema VIII, reconhecendo o direito dos detentos à aprendizagem.

O marco da Ação de Belém, documento aprovado na VI Confitea, realizada no Brasil em 2009, faz duas referências específicas ao direito de educação aos privados de liberdade : na alínea (e) do item 11, referente a alfabetização de Adultos, e na alínea (g) do item 15, referente à participação, à inclusão e à equidade, em que consta o compromisso de “oferecer educação de adultos em todos os níveis apropriados nas prisões”.

Diante desse compromisso assumido, no Brasil, o reconhecimento da população prisional como público da Educação de Jovens e Adultos só ocorreu no ano de 2005, resultado da parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, com apoio da UNESCO. A partir de então, essa modalidade passou a integrar os fóruns da EJA, por meio do Projeto Educando para a Liberdade.

O projeto Educando para a Liberdade pode ser considerado a construção de uma política pública com dimensões nacionais para o atendimento educacional ao privado de liberdade. Financiado com recursos do governo do Japão, a proposta inicial do projeto contemplava a possibilidade de investimento em quatro estados, Ceará, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul, que foram escolhidos também pelo compromisso que os governos estaduais assumiram formalmente para efetivação dos objetivos da Década da ONU para alfabetização.

Foi nesse sentido que a cooperação internacional passou a se apresentar como elemento estratégico, visto que, nesse período o MEC era parceiro da UNESCO em um projeto voltado a fortalecer os programas de alfabetização existentes no Brasil, resultado dos compromissos assumidos pelo governo federal para o cumprimento das metas estabelecidas no Marco de Dakar de Educação para Todos (2000) e no âmbito da Década das Nações Unidas para Alfabetização (2000 – 2012).

A proposta do MEC levada à UNESCO focalizava um projeto para atendimento da população prisional, tinha por objetivo assegurar maior eficiência na aplicação dos seus recursos e maior visibilidade dos seus resultados. No mesmo sentido, também, almejava-se maior eficiência e visibilidade para o atendimento educacional ao privado de liberdade. Com a criação da demanda e a partir da interlocução com o Ministério da Justiça, projetou-se a elaboração de uma política pública consistente para a Educação de Jovens e Adultos nas prisões brasileiras.

Agregar a parceria da UNESCO permitiu que os resultados do diálogo entre os órgãos do governo fossem traduzidos em uma agenda mais sólida para a aplicação de políticas no sistema prisional. Assim, a presença da UNESCO no Projeto Educando para a Liberdade junto aos órgãos de governo permitiu que a oferta da educação nas prisões pudesse ser recolocada como parte de uma questão mais ampla: a concretização de um dos direitos humanos fundamentais. No caso, o direito à educação.

Nesse contexto, as atividades do Projeto Educando para a Liberdade tiveram início em julho de 2005 com a realização de visitas aos estados parceiros e beneficiários do projeto, considerado como ponto crucial para definir as dimensões nas quais ele iria atuar e a metodologia a ser adotada. Desse modo, após os relatórios de visitas, definiram-se três dimensões como ponto crucial para definir as dimensões nas quais ele iria atuar e a metodologia a ser adotada. Desse modo, após os relatórios de visitas, definiram-se três dimensões como pontos importantes para as intervenções: a primeira dimensão referia-se à mobilização e à articulação das pastas de Educação e da Administração Penitenciária nos estados para uma oferta coordenada; a segunda abrangia as identidades e as práticas dos profissionais que ajudam a organizar o atendimento educacional no interior dos estabelecimentos penais; e a terceira dimensão compreendia os aspectos de ordem pedagógica.

Esses pontos serviram como temas geradores para a Primeira Oficina de Trabalho, realizada em outubro de 2005, em Brasília. A ideia era que, diante dessas questões, as equipes da administração penitenciária e da educação de jovens e adultos dos estados pudessem refletir sobre a sua própria condição e construir estratégias para a melhoria do atendimento. Conforme o relatório de desenvolvimento do projeto Educando para a Liberdade, as oficinas serviriam para inaugurar a parceria entre os estados, ampliando a relação entre as pastas da educação e justiça para além do nível federal.

Ao final de 2005, realizou-se o I Seminário de Articulação Nacional e Construção de Diretrizes para a Educação no Sistema Penitenciário, no Rio de Janeiro. Esse evento era visto como um espaço de dupla utilidade: de um lado serviria para coleta de subsídios para uma política de orientação nacional para educação nas prisões e de outro, para forjar novos pactos entre equipes do estado sede e também inspirar movimentos semelhantes aos demais estados.

Para incentivar esse protagonismo, o MEC e MJ decidiram realizar uma iniciativa específica e compartilhada de financiamentos a projetos de oferta de educação no sistema prisional, formação continuada aos profissionais envolvidos na ação educativa e elaboração/impressão de material didático. Os estados do Ceará, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Tocantins elaboram os projetos com esse escopo e celebram convênios com o MEC.

A realização de seminários prosseguiu durante o ano de 2006 e firmou-se como um importante espaço de construção coletiva com um público diversificado. Além de gestores das pastas da Educação e Administração Penitenciária, participaram agentes penitenciários, professores, pesquisadores e especialistas. A população carcerária teve sua participação através do projeto Teatro do Oprimido nas Prisões, o qual utiliza a técnica de teatro-fórum para estabelecer diálogo, emergiram contribuições importantes, como o choque entre as culturas da educação e da segurança e a urgência de se adotar, no país, a remição de pena pelo estudo.

O resultado final desse processo de discussão foi colocado em debate no I Seminário Nacional de Educação nas Prisões, realizado em julho de 2006, que serviu para sedimentar consensos e novos avanços, sendo todos registrados no documento produzido pelo Seminário Nacional e sistematizado pela UNESCO. Com base nesse documento, estado e governo federal discutiram com amis legitimidade as dinâmicas de financiamentos e avançaram na construção de diretrizes mais adequadas para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos nas prisões. Nesse momento, houve também, o envolvimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgãos competentes para essa finalidade.

O Projeto Educando para a Liberdade trouxe muitos resultados para a execução de política de Educação de Jovens e Adultos dentro das prisões, dentre os quais pode-se destacar a formalização do protocolo de intenções entre o MEC e o MJ de 27.09.2009. A partir de então, foram desenvolvidas várias atividades com o objetivo de programar uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade, entre as quais, destacam-se:

- as Resoluções do Programa Brasil alfabetizado que incluíram a população prisional dentre o público de atendimento diferenciado das ações de alfabetização;

- a parceria com a UNESCO e o governo do Japão para a realização de cinco seminários regionais e do I Seminário Nacional sobre Educação nas prisões, que culminaram na elaboração da proposta de Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação no Sistema Penitenciário;

- a inclusão da educação como uma das metas do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI);

- a inclusão da educação nas prisões no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e das matrículas nos estabelecimentos penais no Censo Escolar;

O Projeto Educando para a Liberdade fortaleceu-se após dois anos de execução, com o lançamento do PRONASCI, que articula ações sociais com políticas de segurança pública. Esse programa tem como um dos seus objetivos a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes. Atualmente, os esforços se concentram no apoio aos estados para a formulação do Plano Estadual de Educação nas Prisões, o qual deve contemplar: o acesso, a permanência e continuidade aos estudos; a formação continuada de professores; a ampliação dos espaços de sala de aula; o fomento a leitura e a ampliação do acervo das bibliotecas.

Em relação às Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade, editou-se, em maio de 2010, o Parecer CNE/CEB no. 4/2010:

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim, todos que atuam nessas unidades – dirigentes, técnicos e agentes são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo (p. 14).

Em referência aos aspectos pedagógicos, enquanto eixo norteador da Educação de Jovens e Adultos nas prisões, esse devem propiciar autonomia e emancipação dos sujeitos do processo educativo, com a finalidade de realização pessoal, exercício da cidadania e preparação para o mundo do trabalho.

A mobilização da sociedade civil em torno do desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento educacional dentro das unidades prisionais foi fundamental para a aprovação de Diretrizes do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias e da Lei nº 12.433/2011, a qual prevê a remição de pena pelos estudos. Compreendendo que essa alteração na Lei de Execução Penal teria forte impacto na demanda por educação nas prisões, o Governo Federal publicou o Decreto nº 7.626/2011, o qual instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP.

De acordo com o Decreto 7.626/2011, compete ao MEC o apoio financeiro para equipar e aparelhar os espaços educativos dentro das unidades prisionais, distribuir material didático, compor os acervos das bibliotecas, fomentar programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos e de capacitação dos profissionais. Ao Ministério da Justiça, o apoio financeiro para a construção, ampliação e reforma dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais. Por sua vez, o PEESP promove um alinhamento entre o planejamento dos estados e as políticas implementadas pelo Governo Federal. Esse alinhamento permite dimensionar os recursos a serem transferidos no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR.

Para ter acesso aos recursos do orçamento federal, Estados e o Distrito Federal deverão apresentar um plano de ação contendo: a) diagnóstico das demandas de educação no âmbito dos estabelecimentos penais; b) estratégias e metas para sua implementação; e c) as atribuições e responsabilidades de cada órgão, especialmente quanto à adequação dos espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais, a formação e à contratação de professores e de outros profissionais da educação, a produção de material didático e a integração da Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2012, no III Seminário Nacional de Educação nas Prisões, foi pactuada entre Estados e Governo Federal a Elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões. Para subsidiar a elaboração dos planos, o Governo Federal apresentou um Guia de Orientações sugerindo que os planos contemplassem informações sobre a gestão e organização da oferta de educação, formação continuada dos profissionais, exames de certificação e estratégias de acompanhamento das ações.

Roraima é um dos poucos estados que ainda não conseguiu elaborar o Plano Estadual e observa-se que suas ações educativas são pontuais e sem o financiamento do Governo Federal.

Contudo, Julião (2011) aponta a complexidade das questões envolvidas com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, com base na Lei de Execução Penal (Lei no 7.210, 11 de julho de 1984), pois a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação do preso e do internado e ainda:

- a) A obrigatoriedade do ensino fundamental;
- b) Ensino Profissional em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico;
- c) Adequação do ensino profissional da mulher a sua condição;
- d) Possibilidades de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou oferecem cursos especializados;
- e) Previsão de dotar cada estabelecimento com uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Para Julião (2011), ao garantir apenas o ensino fundamental como obrigatório, há uma violação das normas constitucionais que postulam como dever do Estado “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”(art. 208, inciso II) e o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”(art. 208, inciso V).

Na visão de Scarfó (2009, p. 40), a educação é um direito humano e não uma ação terapêutica ou uma variável a mais de um tratamento. Falar de educação nas prisões obriga a combinar os conceitos de educação, de prisão e de direitos humanos. Nesse contexto:

Pensar em prisão como dispositivo de castigo, controle e disciplina social, como espaço onde são confiscadas as pessoas que transgrediram normas, não implica considerar essas pessoas como anormais ou irregulares sociais. Tal conceitualização, que ainda costuma estar vigente, torna os espaços de privados de liberdade pensos à violação dos direitos humanos.

Na sequência, o mesmo autor afirma que a educação pública nas prisões, enquanto perspectiva da ressocialização, se entende como dever do Estado em respeitar, proteger, garantir, promover e facilitar o acesso e o aproveitamento com qualidade da Educação Básica e uma Educação em direitos humanos, em função de serem componentes do direito à educação. Dessa forma, os objetivos da educação nas prisões são diferentes dos objetivos da pena:

Considerar a educação como parte do tratamento penitenciário, faz pensar a educação como reinsersora, ressocializadora, reeducadora, reabilitadora, entre outras qualificações. É comum que, no âmbito penitenciário, se confunda o tratamento penitenciário com a educação, impregnando nesta um caráter terapêutico e compensatório de socialização (a partir da perspectiva de tratamento), que reduz o potencial transformador e o impacto auspicioso da educação como direito humano e, portanto, não expõe seu embasamento que é a dignidade da pessoa humana. (Scarfó, 2009, p.41).

Ademais, a educação é uma oportunidade social tanto para o presente como para o futuro, que permite à pessoa privada de liberdade desenvolver trajetórias educativas proveitosas, concretizando o direito humano ao seu projeto de vida. Desse modo, a carência de educação pode ser considerada como um mecanismo que perpetua as desigualdades (Scarfó, 2009).

Desse modo, e filiando-se ao entendimento de Freire (1987, p.33), a intenção dos opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime. Assim, no mesmo sentido, Julião (2012) aponta que somente por intermédio da institucionalização nacional de políticas públicas para o sistema penitenciário será possível efetivamente mudar a atual “cultura da prisão”.

II - SEGUNDA PARTE: MARCO METODOLÓGICO

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A assistência educacional é uma das prestações de serviço público básicas mais importantes para todo o ser humano, não só para o homem livre, mas também para àquele indivíduo que se encontra privado de sua liberdade, constituindo-se, neste aspecto, como um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reintegração do indivíduo ao meio social. A educação é garantida para todas as pessoas e está direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Ao compreender os mecanismos de funcionamento do estado, das obrigações do poder público para o povo, compreenderá também que sua situação é uma questão política e jamais de sorte como costuma atribuir. Os pressupostos teórico-metodológicos para sustentação de uma educação popular eficaz, portanto, incidem basicamente em análises críticas da realidade objetiva, concreta, histórica e total, e se opera por meio do diálogo e do exercício de abstração, a fim de desvelar as razões dos fatos, como objeto de conhecimento, a partir da realidade existencial do universo atendido. A relação pedagógica se dá por meio da contextualização desses fatos, tendo em vista os aspectos sócio- políticos, econômicos e culturais determinantes.

O presente trabalho também visa vislumbrar e descobrir quais possíveis medidas a serem tomadas dentro dos estabelecimentos penais, para que possam oferecer aos indivíduos presos oportunidades de estudos, a fim de facilitar a sua convivência com as demais pessoas e fazer com que estes se interagem com a sociedade, além de compreender a importância das pessoas que atuam na administração e gestão penitenciária para que possam facilitar e apoiar a educação tanto quanto possível, além de estimularem as pessoas presas a participarem ativamente de todos os aspectos da educação.

A pesquisa ainda tem como objetivo evidenciar, tanto quanto possível, a educação das pessoas presas integrando-as ao sistema educacional do país, de modo que, após sua soltura, elas possam continuar sua educação sem dificuldade, permitindo assim, uma maior probabilidade de reinserção social e uma maior possibilidade para ingressar no mercado de trabalho.

As principais análises que compõem esta pesquisa científica fazem alusão ao seguinte problema: como a Educação contribui para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR?

Diante disso, desenvolveu-se uma pesquisa com estudo sistematizado, investigando a Educação de Jovens e Adultos - EJA e Cursos de Formação Continuada ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista- Roraima/ Brasil e suas contribuições para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade. Atendendo assim, o objetivo geral que se propõe analisar as contribuições oferecidas pela Educação de Jovens e Adultos – EJA e os cursos de Formação Profissional no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-RR/ Brasil. Compreendendo que a educação também é importante para qualificação profissional, assim como sucesso para o ingresso das mulheres privadas de liberdade no mercado de trabalho.

Através do processo de análise e interpretação dos dados obtidos nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar a percepção da aluna privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada nesse estabelecimento prisional;
- Identificar o perfil educacional e profissional da aluna privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista/RR;

- Verificar quais os cursos de formação profissional são ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, e as perspectivas de ingresso dessas mulheres no mercado formal de trabalho;
- Analisar a educação de Jovens e Adultos e sua contribuição no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR;
- Propor um trabalho de intervenção que contribua na efetiva ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

A educação nas prisões brasileiras ganha destaque nas discussões nacionais sobre programas de ressocialização, apontado pelas Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar condições para que o reeducando possa empreender a construção do seu desenvolvimento em termos individuais e sociais.

A sistematização dos resultados obtidos na pesquisa será divulgada com o intuito de responder o problema, os objetivos da pesquisa, bem como propiciar momentos de reflexão e socialização sobre o tema.

2.2. Problema da pesquisa: Perguntas norteadoras

As principais análises que compõem esta pesquisa científica fazem alusão ao seguinte problema: como a Educação contribui para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR? Para responder formulou-se perguntas que norteiam a pesquisa.

1- As mulheres privadas de liberdade que estudam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Cadeia Pública Feminina sentem-se motivadas para frequentar as aulas?

2- De que forma os professores que ministram aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Cadeia Pública Feminina demonstram estar motivados e preparados para realizar seu trabalho?

3- Através de que atitudes, as alunas privadas de liberdade demonstram acreditar que os estudos as levarão a realizar algum sonho?

4- As alunas privadas de liberdade privada da Cadeia Pública Feminina acreditam que os cursos ofertados pelo SENAI abrirão portas para uma possível reintegração no mercado de trabalho?

5- Será possível “educar para a libertação” no interior de instituições punitivas como as prisões?

6- Como as práticas da leitura e da escrita poderão subsidiar a reinserção da mulher no mercado de trabalho e no meio social?

7- O que pensam os agentes educacionais que trabalham no sistema prisional sobre as políticas educacionais existentes neste ambiente?

2.3. Objetivos da Pesquisa

A prática educacional é de suma importância para que haja a ressocialização e deve visar o desenvolvimento da pessoa, a sensibilização para o exercício consciente da cidadania e a inserção no mercado de trabalho. Diante disso, formulou-se o objetivo geral e específicos desta pesquisa.

2.3.1. Objetivo Geral da pesquisa é:

Analisar as contribuições oferecidas pela Educação de Jovens e Adultos – EJA e os cursos de Formação Profissional no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-RR/ Brasil.

2.3.2. Os Objetivos Específicos são:

1) Analisar a percepção das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada nesse estabelecimento prisional.

2) Identificar o perfil educacional e profissional das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista/RR.

3) Verificar quais os cursos de formação profissional são ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, e as perspectivas de ingresso dessas alunas no mercado formal de trabalho.

4) Analisar a educação de Jovens e Adultos – EJA e sua contribuição no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

5) Propor um modelo de trabalho que contribua na efetiva ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

2.3 - Modelo da investigação: Enfoque e tipo de investigação

A presente pesquisa, apresenta um enfoque qualitativo, possibilitando coletar dados indispensáveis para sua realização, em sua composição estão as entrevistas desenvolvidas com os 46 alunas privadas da Cadeia Pública Feminina possibilitando

assim identificar os principais fatores da educação que contribuem para a ressocialização das alunas privadas de liberdade.

A abordagem utilizada na investigação foi qualitativa, a qual se propôs estudar e compreender o Processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade da cadeia pública feminina de Boa Vista\RR, como os cursos profissionalizantes favorecem sua integração no mercado de trabalho, podendo assim, explicitar conceitos sobre este fenômeno a partir dos dados adquiridos nas entrevistas semi - estruturada, utilizados no período de desenvolvimento da pesquisa nas instituições acima mencionadas.

Segundo Campoy (2016, p.231), a pesquisa configura-se qualitativa quando:

A investigação qualitativa investiga os diferentes nomes que recebeu como uma hermenêutica, fenomenológica, cultural, humanista, alternativa, naturalista, construtivista, interacionista, etnográfico, et.

Ainda em conformidade com a abordagem qualitativa, se pretende compreender o processo de ressocialização através da educação e cursos profissionalizantes ofertados na Cadeia Pública Feminina, sendo capaz de, explicitar conceitos sobre este fenômeno a partir dos dados adquiridos nas entrevistas semi-estruturada e observações diretas utilizados no período de desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Campoy. (2016), a pesquisa configura-se qualitativa quando:

“A referida pesquisa é considerada descritiva que, consiste em relatar e analisar fatos, eventos e acontecimentos pesquisados, ou seja, no tipo descritivo a pesquisa busca coletar elementos para descrever aspectos do fenômeno estudado.”

O modelo da investigação da pesquisa é considerado não experimental, pois não teve a pretensão de forjar as variáveis dos fenômenos investigados, mas sim, apresenta las conforme encontradas em seu contexto. Com a intenção de descrever com

clareza e fidedignidade os dados obtidos, para que seja possível proporcionar uma melhor análise e compreensão sobre os fenômenos estudados e seus posteriores resultados.

As principais análises que compõem esta investigação científica fazem alusão ao seguinte problema: **como a Educação contribui para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR?**

O tema proposto foi baseado em variáveis condicionantes para as afirmações contidas em todo o desenvolvimento da pesquisa, foram elas: educação, processo de ressocialização, direitos humanos, cursos de formação e aspecto social.

As sistematizações dos resultados obtidos na pesquisa serão divulgadas com o intuito de responder o problema, os objetivos da pesquisa, bem como propiciar momentos de reflexão e socialização sobre a realidade das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina.

Será considerada a realização de entrevista com 46 reeducandas que se encontram matriculadas na modalidade Educação de Jovens e Adultos da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, professores, coordenadora e gestora do presídio. Verificando assim, as diversas opiniões a respeito da ressocialização da reeducandas e inclusão no mercado de trabalho.

A pesquisa é exploratória na medida em que possibilitou coletar dados imprescindíveis para o estudo da pesquisa através de entrevistas. As informações colhidas na busca terão por parte do investigador um diagnóstico que aponta a fidelidade dos fatos pesquisados e a origem corretas nas formas de divulgação e apresentação dos resultados. Possibilitou conhecer melhor os dados coletados e elaborar conceitos pertinentes sobre o assunto.

Os resultados obtidos na pesquisa serão expressos com a intenção de responder os objetivos e o problema da pesquisa, bem como propiciar reflexões e socialização de ideias para o avanço da ação no processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

2.4 - Lugar e época da Investigação

No decorrer da realização da mencionada pesquisa, que perdurou de setembro de 2015, o ano de 2016 e nos meses de março, abril e maio do ano 2017, foi averiguado as instituições que oferecem cursos para as reeducandas da cadeia pública feminina, a Universidade Federal de Roraima- UFRR, Instituto Federal de Roraima – IFRR, Serviço Nacional da Indústria – SENAI, Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de B. Gomes e a própria Cadeia Pública Feminina, essa pesquisa foi desenvolvida em campo, buscando averiguar a realidade das alunas privadas de liberdade pesquisadas em Boa Vista, Estado de Roraima.

As referidas instituições são parceiras da Secretaria da Justiça e da Cidadania - SEJUC, colaborando com o processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina.

2.4.1. Cadeia Pública Feminina

A Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – CPFBV, segundo a autora Costa (2008, p.2), descreve que:

A Cadeia Pública Feminina de Boa Vista (CPFBV) está localizada à margem direita da BR-174, sentido Brasil-Venezuela. Ela funciona como um anexo da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC) ficando a alguns metros da mesma. Tal proximidade possibilita uma percepção meio instantânea: a Cadeia Feminina, diferente da PAMC, não tem muro, só é ladeado por alambrado igual ao utilizado em quadras esportivas de praças, o que parece evidenciar a confiança em relação ao “ bom comportamento” das presidiárias.

A função institucional da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista é acolher estas mulheres que cometeram crimes tipificados no Código Penal Brasileiro - CPB e que foram penalizadas com restrição de liberdade no Estado de Roraima. No entanto, a CPFBV como única do estado para o sistema prisional feminino abriga tantas mulheres julgadas e sentenciadas, como aquelas em prisão provisória.

A estrutura física da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista –, é relatada por Costa, onde contém:

Três ambientes: 1.Administração (parte da frente); 2.Ala Mãe e espaços para atividades específicas; 3.Espaço de convivência (celas, blocos e pátio), divididos por grades e portão chapado, no caso da entrada que dá acesso ao espaço de convivência. Na entrada, do lado de dentro das grades, há uma "guarita" sediada por, em média {...}. Na entrada do prédio tem o quadro de segurança interna, composto por agentes carcerárias e chefes de plantão. À direita funciona a administração e o Serviço de Vigilância Interna (SVI) e, também, na mesma sala, o Serviço de Assistência Interna (SAI) e dois alojamentos para a equipe da escolta. À esquerda, se encontra o alojamento (feminino) da equipe de segurança interna, onde é improvisada a revista imposta como segurança aos visitantes. (2011, p.59)

Há casos em que uma cela com capacidade para seis detentas tem onze, em um espaço que deveria suportar somente uma pessoa, criando superlotação das celas do presídio. Portanto, algumas são obrigadas a dormir no chão. A falta de higiene é grande, o cheiro de fossa, a falta de lugar adequado para receber os familiares ou companheiros (visita íntima). A Cadeia Pública Feminina possuía uma capacidade para abrigar 50 pessoas. No entanto, o número de detentas é de 186 (cento e oitenta e seis), situações provisória ou por condenação.

Gerida pelo poder público, a Cadeia Pública Feminina Pública Feminina tem como serviço terceirizado apenas o fornecimento de alimentação. Quanto à assistência à saúde, a unidade prisional não dispõe de serviço interno. Quando necessário, as mulheres privadas de liberdade são encaminhadas ao Hospital Geral ou outros postos de saúde da cidade. O atendimento com psicólogos é realizado na própria cadeia numa

sala reservada. Não há sala de enfermagem no local e as mulheres são atendidas em algum local reservado.

A unidade prisional oferece uma sala para atendimentos de serviço social e jurídico. Dispõe de equipamentos de revista como raios-X, portal detector de metal e scanner corporal. Não há equipamentos próprios para bloqueio de celulares. A unidade também não está adequada para atender pessoas com deficiência, ou seja, não há acessibilidade. A equipe de trabalho é composta por agentes penitenciários masculinos e femininos, gestora, secretária, motoristas. Esses agentes são destinados para escolta judiciária, atendimento médico, contagem, revista em visita, e retirada de presas para os serviços oferecidos pela Cadeia Pública Feminina – cursos oferecidos pelo Senai ou Sebrai, Educação de Jovens e Adultos, trabalho interno e demais necessidades.

O espaço destinado ao atendimento educacional possui 06 (seis) salas e 01 (um) parlatório, onde funcionam 02 classes diferentes. As atividades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são desenvolvidas dentro do presídio, em salas adaptadas. Há um espaço destinado a uma pequena biblioteca. Outro espaço destinado à secretaria da escola. A Cadeia Pública Feminina conta com profissionais educacionais sendo 02 professores de Língua Portuguesa, 02 professores de Matemática e Física, 01 professor de História e Geografia, 01 professor de Artes, 01 professor de Educação Física, 01 professor de Espanhol, 01 professor de Química, 02 professores de Ciências. Esses profissionais executam suas atividades divididas no período matutino. Os profissionais da educação são todos professores formados em áreas específicas, concursados pelo governo do estado.

Podemos analisar as contradições da realidade sobre as Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos de 1955, adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas através das suas resoluções 663 C (XXIV), de 31 de Julho de 1957 e 2076 (LXII), de 13 de Maio de 1977. Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e Social.

Baseando nessa lei da ONU, os ambientes prisionais deveriam oferecer uma vaga para cada recluso, higiene pessoal, lugar limpo, todos estes direitos escritos nos artigos 9º e 15º das Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos de 1955.

Segundo o Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial - Reorganização e Reformulação do sistema prisional feminino, do governo Federal de dezembro de 2007 apontaram que 25 % das mulheres cumprem pena em local inapropriado, onde não podem exercer atividades como estudar, trabalhar, participar de oficinas artísticas e profissionalizantes. Além disso, nas delegacias e cadeias públicas, não há a presença de defensor público para dar assistência judiciária preconizada na Constituição Federal.

É importante frisar que no estado de Roraima a função de agente penitenciário foi implantada somente a partir de 2012. Antes, a atividade de custódia, nas unidades prisionais era desempenhada por agentes carcerários e policiais civis em desvio de função.

A cadeia pública feminina foi escolhida como local de desenvolvimento dessa pesquisa por apresentar as características importantes para o recolhimento das informações necessárias para responder os questionamentos.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

A implantação do SENAI em Boa Vista ocorreu em julho de 1987, por meio de Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo do ex-território Federal de Roraima e o Departamento Regional do SENAI do Amazonas, proporcionando nessa época a implantação em Roraima do Centro de Formação Profissional de Boa Vista.

Para exercer a função de diretor do referido centro, o SENAI/AM designou o Prof. José Fernandes Hollanda, que permaneceu até julho de 1991, quando foi criada a Federação das Indústrias do Estado de Roraima.

Com este evento, no dia 1º. de agosto desse mesmo ano, tiveram início as atividades do Departamento Regional do SENAI de Roraima e também do Centro de Formação – CFP, que recebeu o nome de Prof. Arivaldo Silveira Fontes.

Compõem o SENAI Roraima o Departamento Regional, hoje denominado Prof. Alexandre Figueira Rodrigues e uma Unidade no Município de Rorainópolis. Conta ainda com 04 (quatro) unidades móveis que são: 02 (duas) de informática, 01 (uma) de alimentos e 01 (uma) de construção civil. As Unidades móveis são compostas por máquinas e equipamentos modernos e com capacidade para atender, em média, 15 (quinze) alunos por turma, cada uma. O ambiente é climatizado e ergonomicamente projetado das unidades possibilita aos usuários o mesmo conforto das salas de aula do SENAI.

O atendimento em ambiente externo ao Centro de Formação Profissional do SENAI é possível devido ao Núcleo de Ações Móveis – NAM que tem como objetivo otimizar o atendimento às demandas por Qualificação Profissional e Serviços Técnicos e Inovação nas localidades do Estado onde a unidade fixa não consegue contemplar, oferecendo oportunidade à população carente de capacitação, ampliando sua renda e melhorando sua qualidade de vida.

Atualmente, o SENAI Roraima dispõe de 86 (oitenta e seis) cursos distribuídos em 12 (doze) áreas de atuação: Alimentos, Automotiva, Confecção de vestuário, Construção Civil, Eletroeletrônica, Gestão, Informática, Madeira/Mobiliário, Metal/Mecânica, Refrigeração, Segurança no Trabalho e Telecomunicações.

O SENAI Roraima atua ainda com Programas especiais que são: PAS – Programa de Alimentos Seguros que tem como objetivo garantir que os alimentos industrializados sejam seguros para o consumidor. PSAI – Programa SENAI de Ações Inclusivas – Programa destinado a promover a inclusão social na educação profissional das pessoas com deficiência, bem como, as vertentes relativas à raça, etnia, gênero e

trabalhadores em processo de envelhecimento. PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – É um conjunto de ações do Governo Federal que visa à expansão e à democratização de oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, por meio do SENAI e outras instituições.

A missão do SENAI é contribuir para o desenvolvimento e competitividade da indústria roraimense por meio da educação profissional, inovação e transferência de tecnologias.

O SENAI tem a visão de ser reconhecido como provedor de soluções para o desenvolvimento e competitividade, atuando com agilidade, qualidade e efetividade.

Instituto Federal de Roraima - IFRR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vivenciou, durante sua existência, várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do País. Hoje a instituição conta com estrutura *multicampi* composta por quatro *campi*: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste (em fase de implantação) e Novo Paraíso, além da Reitoria. Em 2013, tinha um quadro de 481 servidores efetivos, entre técnicos administrativos e docentes.

A nossa história se divide em cinco etapas:

- Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima
- Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima
- Escola Técnica Federal de Roraima
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos distribuídos em seis turmas. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma de Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, sendo, agora, no Município do Amajari, no norte do estado.

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

Então, a partir dessa data, o Cefet-RR passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, o IFRR, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi contemplado com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital.

O IFRR é uma instituição autônoma de natureza autárquica, integrante do sistema federal de ensino. Tem organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculado ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

São objetivos da instituição ministrar educação profissional, técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Tem como finalidade também ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, no intuito de qualificar cidadãos com vistas à educação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional. Perfeitamente inserido no contexto local e regional, o IFRR é um centro de referência educacional que vem contribuindo há 20 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio das ações de formação profissional.

2.4. 2. Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de Brito Gomes

A Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de Brito Gomes, instalada nas dependências da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC, zona rural de Boa Vista\RR, atende alunos distribuídos no Ensino Fundamental, Ensino Médio e modalidade Educação de Jovens e Adultos, com aulas nos turnos matutino e vespertino e conta com 26 professores. A escola atende alunos dois espaços prisional, sendo a Cadeia Pública Masculina e Cadeia Pública Feminina.

A escola dispõe de um espaço destinado ao atendimento educacional com 06 (seis) salas e 01 (um) parlatório, onde funcionam 02 classes com séries diferentes. As atividades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são desenvolvidas dentro do presídio, em salas adaptadas. Há um espaço destinado a uma pequena biblioteca. Outro espaço destinado à secretaria da escola. A Cadeia Pública Feminina conta com profissionais educacionais sendo 02 professores de Língua Portuguesa, 02 professores de Matemática e Física, 01 professor de História e Geografia, 01 professor de Artes, 01 professor de Educação Física, 01 professor de Espanhol, 01 professor de Química, 02 professores de Ciências. Esses profissionais executam suas atividades divididas no período matutino. Os profissionais da educação são todos professores formados em áreas específicas, concursados pelo governo do estado de Roraima.

2.5 - População e mostra Investigadas

Para efetivar a pesquisa, através de dados confiáveis obtidos na investigação, foram pesquisadas 46 (quarenta e seis) alunas privadas de liberdade da CPFBV (Cadeia Pública Feminina de Boa Vista\RR), seguindo o critério de que elas são as únicas mulheres que estão matriculadas na Educação de Jovens e Adultos – EJA e que participam de cursos profissionalizantes e educação continuada ofertados pelas instituições SENAI, UFRR, IFRR e a própria CPFBV. A Tabela 1, a seguir, representa as mulheres da população investigada na pesquisa.

Tabela 1: Alunas privadas de liberdade matriculadas na EJA – 2015 e 2016.

Série	Quantidade
Alfabetização	04
5º. Ano	04
6º. Ano	03
7º. Ano	03
8º. Ano	08
9º. Ano	04
1a. Série	12
2a. Série	02
3a. Série	08
Total de turmas da modalidade EJA	Total de alunas
09	46

Fonte: Escola Estadual Crisotelma Francisca de B. Gomes, 2016.

Com relação à população investigada na pesquisa, Campoy (2016) afirma: "População ou universo pode ser definida como um conjunto de unidades ou itens que compartilham algumas notas ou peculiaridades que Desen estudo" (p74).

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Compreendendo que nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, aos cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna com qualidade física, psicológica, social e econômica. Esta pesquisa pretende avaliar como a Educação de Jovens e Adultos - EJA e Cursos de Formação Continuada ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista- Roraima/ Brasil contribuem para uma efetiva ressocialização das mulheres privadas de liberdade.

Assim, foram selecionados 46 mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina que estão matriculadas na Educação de Jovens e Adultos, Gestora da Cadeia Pública Feminina, Professores e Coordenadora da Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de Brito Gomes e Instituições de ensino envolvidas, pois

observou-se que uma pesquisa realizada a esses personagens traria a melhor análise possível para esse tema nesse momento. Das mulheres pesquisadas, as especificações são que as mesmas são alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina e estão matriculadas na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Todas as 46 (quarenta e seis) alunas participam da investigação, então a população é igual à mostra.

Com relação à população investigada na pesquisa, Campoy (2016) afirma que: “(...) al conjunto de elementos (sujeitos, objetos, entidades abstractas, etc.), finito o infinito, definido por uma as más características, de las que participan todos los elementos que lo componen, y sólo ellos” (p. 74).

Tabela 2: Demonstrativo da população e mostra investigadas.

Participantes	População	Mostra
Alunas	46	46 (População = Mostra)
Gestora da CPFVB	01	01 (População = Mostra)
Coordenadora Pedagógica	01	01 (População = Mostra)
Professores da Cadeia Pública Feminina	08	08 (População = Mostra)

Fonte: Escola Estadual Professora Crisotelma Francisca de B. Gomes, 2016.

Considerar a educação como parte do tratamento penitenciário, faz pensar a educação como reinsertora, ressocializadora, reeducadora, reabilitadora, entre outras qualificações. É comum que, no âmbito penitenciário, se confunda o tratamento penitenciário com a educação, impregnando nesta um caráter terapêutico e compensatório de socialização (a partir da perspectiva de tratamento), que reduz o potencial transformador e o impacto auspicioso da educação como direito humano e, portanto, não expõe seu embasamento que é a dignidade da pessoa humana (Scarfó, 2009, p.41).

Foram averiguados os cursos ofertados pelas instituições participantes do programa de ressocialização das alunas privadas de liberdade, juntamente com a Cadeia Pública Feminina.

Tabela 3: Cursos ofertados e Instituições

Instituição	Cursos ofertados	Nº de reeducandas participantes
A	Corte e Costura, Panificação	22
	Informática	36
B	Serviços gerais,	04
C	Educação de Jovens e Adultos - EJA	46

Fonte: Cadeia Pública Feminina, 2015.

Em qualquer parte do mundo ocidental, quando se fala em propostas de programas de ressocialização, de reinserção social para a política de execução penal e de ações socioeducativas, pensa-se em atividades laborativas e de cunho profissionalizante, bem como atividades educacionais, culturais, religiosas e esportivas. “... educação e trabalho são duas importantes categorias que permeiam toda a discussão sobre o programa de ressocialização ou reinserção social no sistema penitenciário” (Julião, 2016, p.198).

2.6 - Técnicas de coleta de dados: Entrevista e lista de observação

Com a intenção de efetivar a pesquisa, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica que evidenciou diversos pontos sobre a educação como nova perspectiva de mudança de vida a partir da ressocialização das reeducandas da cadeia feminina de Boa Vista\RR.

Assim diz (Campoy. 2016, p.283) sobre a pesquisa bibliográfica.

“O método bibliográfico, neste contexto, epistemológico, esta principalmente comprometido, com a recuperação do ator social como o protagonista não só de sua realidade, mas também o pesquisador do seu próprio processo.”(p.283)

Buscando entender o que significa a coleta de dado, e registrar as observações. (Campoy 2016, p.306), enfatiza que:

“Registro è uma fase de observação muito importante e em caso de observação participante leva o estilo de tomar notas a cada dia, um em caderno de campo, onde todos os detalhes ricos e reflexões pessoais recolhidos.” (p. 306).

É de extrema importância a coleta de dados em uma pesquisa. Assim sendo, o procedimento para a coleta de dados dessa pesquisa se iniciou através das entrevistas. Através dela foi possível obter maiores respaldos no contexto investigado, assegurando a veracidade dos dados que a pesquisa se propôs investigar.

Os procedimentos utilizados para coletar dados foram através de três técnicas fundamentais para a validade da pesquisa contemplando o enfoque qualitativo.

Primeira técnica: foi utilizada a técnica de guia de entrevista com as 46 mulheres privadas de liberdade, da modalidade EJA, da Cadeia Pública Feminina com 15 questões fechadas e abertas relacionadas ao estudo da pesquisa.

Segunda técnica: em seguida foi realizada a entrevista individual semi-estruturada para a gestora da Cadeia Pública Feminina – CPFBV.

Terceira técnica: foi utilizada a técnica de guia de entrevista com as 08 (oito) professoras e coordenadora, da modalidade EJA, da Escola Estadual Professora Crisotelma de Brito Gomes na Cadeia Pública Feminina, com 15 questões fechadas e abertas relacionadas ao estudo da pesquisa. A escolha de todas as professoras para participar da pesquisa foi de forma intencional com intuito de analisar o Processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade. Segundo (Campoy. 2016, p 316.), a entrevista é uma das técnicas mais difíceis de aplicar.

A entrevista é uma das técnicas mais difíceis de aplicar, que exige formação, experiência e domínio em situação que ocorre em situações inesperadas podem surgir (emoções, sentimentos, rejeição, fantasias inconscientes, etc.) exigem grande movimentação para evitar ser entrevistador sobrecarregado e perda de "lugar" onde pertence. (p. 316)

Quarta técnica: realizou-se uma observação direta estruturada através de uma lista de comprovação registrando os acontecimentos no local investigado, assegurando a veracidade dos dados.

Ainda conforme Campoy. P.298 (2016):

Como observação qualitativa é quando o observador selecciona a unidade de observação um (grupo étnico, alunos grupo, associação de bairro, Comunidade rurais, etc.) e é dedicado a observar cuidadosamente, interagir intimamente os componentes com, grupo uma integração requerendo em absoluto, assegurar objetividade pela maior parte da informação recolhida.

Portanto, as técnicas utilizadas para coletar as informações da investigação da pesquisa, teve a intenção de responder o problema e os objetivos, obtendo assim, resultados confiáveis.

Pretende-se demonstrar de forma contextualizada que a ação de ingresso no mercado de trabalho vincula-se aos campos ligados à educação e inclusão proporcionando experiências individuais e coletivas de modo a permitir socialização. Portanto, os instrumentos utilizados como fonte de coleta de dados na investigação da referente pesquisa, foram elaborados e efetivados com o propósito de responder o problema e todos os objetivos propostos na mesma, através da obtenção de resultados fiéis e transparentes dos fenômenos estudados.

2.6.1. Entrevista Alunas

Na intenção de obter fontes de informações precisas e alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa aplicou-se a guia de entrevista com perguntas qualitativas às 46 alunas privadas de liberdade, da modalidade EJA, da Cadeia Pública Feminina com 15 questões fechadas e abertas relacionadas ao estudo da pesquisa. Após a obtenção das respostas, foi elaborada a análise dos dados adquiridos, para chegar aos resultados a

respeito da Educação e ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina no município de Boa Vista. Campoy, 2016, p.37 enfatiza que:

La investigación es entendida como un proceso de recopilación, análisis e interpretación dos datos para dar respuestas a preguntas que se plantean. Pero para cumplir esta función, la investigación debe tener en cuenta una serie de características como son: ser controlada, rigurosa, sistemática, válida y verificable, empírica y tener un sentido crítico (con los procedimientos y técnicas utilizadas).

Os dados coletados para a realização do procedimento de investigação da pesquisa estão relacionados às mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina que estão matriculadas na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos e que participam de cursos de educação continuada.

A entrevista foi validada conforme a avaliação de um grupo de 08 (oito) professores especialistas: 02 (dois) professores da Universidade de Jaen – Espanha; 02 (dois) professores da Universidade Autónoma de Assunção/UAA - Paraguay; 01 (um) professor da Universidade de Guadalajara – México; 02 (dois) professores da Universidade Federal de Roraima/UFRR – Brasil; 01 (um) professor da Universidade Estadual de Roraima/UEER – Brasil.

2.6.2. Entrevista Gestora

Para obter fontes de informações precisas e alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa aplicou-se a guia de entrevista com perguntas qualitativas à Gestora da Cadeia Pública Feminina com 15 questões fechadas e abertas relacionadas ao estudo da pesquisa. Após a obtenção das respostas, foi elaborada a análise dos dados adquiridos, para chegar aos resultados a respeito da Educação e ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina no município de Boa Vista.

A entrevista foi validada conforme a avaliação de um grupo de 08 (oito) professores especialistas: 02 (dois) professores da Universidade de Jaen – Espanha; 02 (dois) professores da Universidade Autónoma de Assunção/UAA - Paraguay; 01 (um) professor da Universidade de Guadalajara – México; 02 (dois) professores da

Universidade Federal de Roraima/UFRR – Brasil; 01 (um) professor da Universidade Estadual de Roraima/UERR – Brasil.

2.6.3. Entrevista Professores e Coordenadora

Buscando obter fontes de informações precisas e alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa aplicou-se a guia de entrevista com perguntas qualitativas às professoras e à Coordenadora Pedagógica da Escola Crisotelma Francisca de Brito Gomes, com 15 questões fechadas e abertas relacionadas ao estudo da pesquisa. Após a obtenção das respostas, foi elaborada a análise dos dados adquiridos, para chegar aos resultados a respeito da Educação e ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina no município de Boa Vista.

A entrevista foi validada conforme a avaliação de um grupo de 08 (oito) professores especialistas: 02 (dois) professores da Universidade de Jaen – Espanha; 02 (dois) professores da Universidade Autónoma de Assunção/UAA - Paraguay; 01 (um) professor da Universidade de Guadalajara – México; 02 (dois) professores da Universidade Federal de Roraima/UFRR – Brasil; 01 (um) professor da Universidade Estadual de Roraima/UERR – Brasil.

A participação das alunas privadas de liberdade, da gestora da CPF BV (Cadeia Pública Feminina de Boa Vista\RR) e dos professores Coordenadores foi de suma importância para o desenvolvimento de todas as ações da pesquisa, bem como para a veracidade da sistemática dos resultados alcançados.

2.6.4. Lista de observação

Foi utilizada nesta pesquisa a Observação direta e para a efetivação do processo de investigação desta técnica, utilizou-se uma lista de observação com 07 indicadores que propôs analisar cinco critérios: A permanência, recursos didáticos, tempo efetivo

de aula, continuidade educacional. A observação foi realizada em 15 dias, totalizando 15 (quinze) visitas.

A educação nas prisões brasileiras ganha destaque nas discussões nacionais sobre programas de ressocialização, apontado pelas Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar condições para que o reeducando possa empreender a construção do seu desenvolvimento em termos individuais e sociais.

III - TERCEIRA PARTE: ANÁLISE DOS RESULTADOS

É notório que a educação tem um importante papel para o processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade, diante disso e com a intenção de obter o maior grau possível de informações para desenvolver a análise dos dados para concretização da pesquisa, foram coletados, analisados e interpretados os dados obtidos através das alunas da EJA, da cadeia pública feminina de Boa Vista\RR. A investigação contemplou tanto os aspectos formais e burocráticos do processo para a ressocialização das apenadas, com intuito do ingresso no mercado de trabalho e melhoria da qualidade de vida.

As informações da investigação, aqui mencionadas servem de parâmetros para entendimento do processo de ressocialização, através da educação EJA, compreendendo os fatores que influenciam o processo educativo. Nesse ambiente, o professor tem um papel fundamental, que pode ser tanto na preparação, organização e sistematização da aprendizagem, como no direcionamento ou orientação.

O aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo através dos quais as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam [...] o aprendizado é o aspecto necessário e universal, uma espécie de garantia do

desenvolvimento das características psicológicas especificamente humanas e culturalmente organizadas. (Rego, 2002, p. 71)

É importante compreender o desenvolvimento da aprendizagem dentro do sistema prisional, os anseios e os obstáculos enfrentados por educadores e educandos para o sucesso da aprendizagem.

Na presente investigação foram coletados, analisados e interpretados os dados alcançados através de entrevistas com as alunas, Gestora da Cadeia Feminina, Professores e coordenadora da escola Crisotelma Francisca de Brito Gomes e Instituições. A investigação observou os aspectos formais e burocráticos de acolhimento e assistência às mulheres privadas de liberdade que estudam na EJA e fazem cursos profissionalizantes. A análise dos dados serve de critério para entender os fatores de influência da EJA (educação), no processo de ressocialização, compreendendo a importância dos cursos profissionalizantes para inserção no mercado de trabalho ao sair do presídio. Todos os seres humanos precisam ter seus direitos garantidos, igualdade em todos os âmbitos sociais, independente do delito cometido são seres humanos, frágeis que precisam de atenção para sua plena integração a sociedade. Nesse processo o professor tem um papel muito importante, que se inicia na preparação do espaço e das aulas, e vai até o do processo de aprendizagem, que se promulga de forma voluntária, por meio da aquisição, consolidação e reestruturação. Delores (2000, p. 89 e 170):

A educação deve transmitir de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas da informação, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos, como também, as ações educativas, [...] no seu conjunto [...] exigem a abertura de um debate democrático, não só sobre os meios, mas também sobre as finalidades da educação.

3.1 - Objetivo 01: Analisar a percepção da aluna privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR sobre a Educação de Jovens e Adultos ofertada nesse estabelecimento prisional.

Com o pressuposto de investigar com eficácia a percepção das mulheres que estudam na Educação de Jovens e Adultos - EJA, na Cadeia Pública Feminina de Roraima, foi elaborado entrevista às alunas privadas de liberdade, gestora da Cadeia e professores coordenadores da Escola e das Instituições.

3.1.1. Categoria Alunas: Análise da entrevista

A questão investigada proposta na entrevista realizada às alunas da EJA da cadeia pública feminina, foram estruturadas com o intenção de responder com maior clareza os objetivos da pesquisa. Mediante isso foi salientado na questão 02: **Você acredita que os estudos a levarão a realizar algum sonho?** As alunas foram unânimes em responder Sim, que através dos estudos e da educação que se realiza os sonhos, se tem uma boa profissão e um futuro melhor. Isso dá a entender que o desejo de mudar de vida está presente no coração de cada uma das alunas. Todas apresentam necessidades específicas e a lei determina que a elas sejam garantidas às condições apropriadas de atendimento às particularidades individuais, de forma que todas possam usufruir das oportunidades existentes, que podem ser alcançadas através do ensino aprendizagem. Como diz (Morim, 2003, p.79). “A grande conquista da inteligência seria poder, enfim, se libertar da ilusão de prever o destino humano. O futuro permanece aberto e imprevisível.”

Na tentativa de saber se a educação auxilia na ressocialização das mulheres privadas de liberdade, foi abordado na questão 04: **Ser aluna da educação de Jovens e Adultos nesta unidade fará a diferença futuramente em sua vida?** Quase que unânime responderam sim, no total 45 (quarenta e cinco) alunas e apenas 01 (uma) respondeu não. Ficando assim evidente que a educação é início de tudo para se

conseguir a melhoria social, é um desafio, que necessita ser enfrentado tanto pela instituição de ensino quanto pelo alunado, para se conquistar a melhoria da qualidade de vida em sociedade.

Respondendo a questão 01 da entrevista perguntou: **Você gosta de assistir as aulas da Educação de Jovens e Adultos ofertadas aqui neste espaço? Por quê?** As respostas da referida pergunta, constatou que as alunas gostam de estudar, reconhecem que somente a partir da educação se pode melhorar a qualidade de vida sua e de sua família, é a melhor forma de aprimoramento dos conhecimentos pré-adquiridos desde a infância, que somente mediante os estudos vão obter uma nova oportunidade de mudar de atitude. Como diz Morin (2000, p.55): “Compreender o ser humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo e multiplicidade do uno” e a educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas.”

Tabela 04 - resposta da questão 01 da entrevista feita com as alunas da EJA do sistema prisional.

Pergunta: Você gosta de assistir as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertadas aqui neste espaço?
Resposta das alunas EJA.
A1 – Sim. É muito boa, ocupa a mente.
A2 – Sim. A educação é para todos que querem aprender.
A3, A4, A5, A6, A7, A8 – Sim. Tenho a oportunidade de terminar os estudos.
A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17 - Sim. É uma forma de benefício em minha remição de pena.
A18, A19 - Sim. Com estudo ganho remição de pena e ocupo a mente.
A20, A21, A22 – Sim. Gosto de estar estudando, ao sair vou poder mudar de vida.
A23 – Sim. Aqui aprendo e posso sair daqui com uma boa aparência.
A24, A25, A26 – Sim. Pra mim é uma nova oportunidade de recomeçar, mudar de vida.

A27, A28, A29, A30 – Sim. Estudar é uma das formas de sair daqui mais rápido.
A31, A32, A33– Sim. Estudar é uma grande oportunidade, aprender e concluir meus estudos, fazer um curso, conseguir um emprego digno.
A34, A35 – Sim. Estou estudando para aprender e ajudar meus filhos.
A36, A37 – Sim. Minha família está muito feliz porque estou estudando.
A38 - Sim. Eu gosto de estudar. Aqui é preciso estudar.
A39 – Sim. A educação vai fazer a diferença em minha vida.
A40, A41 – Sim. O melhor momento aqui é quando vou para a escola.
A42 – Eu não gosto de estudar, mas vou para a escola. É diferente.
A43 – Gosto de assistir as aulas de todos os professores. Aprendo muito.
A44, A45 – Sim, gosto e quero sair daqui formada e mudar a minha vida.
A46 – Sim. Porque está me ajudando ser uma pessoa diferente.

Fonte: Entrevista realizada com as alunas do EJA, na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, 2016.

Em resposta a questão 07 da pesquisa, onde procurou saber: **O que você pensa sobre a educação?** As respostas indicaram que as alunas acreditam que somente através da educação se consegue realizar sonhos, é o fundamental para progredir na sua própria vida e dos filhos, a educação tira a pessoa da ignorância e mostra o conhecimento. É o melhor meio para se ter uma vida melhor, uma pessoa sem estudo é incompleta.

Respondendo a questão 10 da entrevista perguntou-se: **Você acredita que os cursos ofertados pelo SENAI e IFRR abrirão portas para uma possível reintegração no mercado de trabalho? As alunas todas responderam que sim,** Resultando assim evidências de que a educação é o ponto de partida para a melhoria da realidade social de cada aluna, a educação é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola, com a intensão de provocar a melhoria da qualidade do ensino e da vida pessoal, para que as alunas possam exercer o direito à educação em sua plenitude, sendo diante disso imprescindível que a instituição de ensino aprimore suas práticas, para atender às diferenças individuais das apenadas. O educador se apresenta com um importante papel no decorrer do processo de ensino aprendizagem. Vygostsky (1993, p.57) ao reportar-se que:

A aprendizagem cria uma área ativa de processos internos no marco das inter-relações, que se transforma em aquisições internas, assim, a concepção dialética da aprendizagem e do desenvolvimento são suporte ao reconhecimento de competências e potencialidades de cada aluno e as alternativas de ensino devem possibilitar a produção, a construção do saber.

Respondendo a pergunta 14 da entrevista: **Você pretende continuar os estudos, mesmo que venha sair deste lugar antes de concluir o ensino médio?** As respostas da referida pergunta, indicou um resultado que as alunas responderam 44 sim, 2 não. Ficando assim evidenciado que a educação é o ponto de partida para a melhoria da realidade social de cada aluno, a educação é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola, provoca a melhoria da qualidade do ensino e da vida pessoal, para que os alunos com dificuldade possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é imprescindível que essa instituição de ensino aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

3.1.2. Categorias de Professores e Coordenadora: Análise da Entrevista aos Professores e Coordenadora

As questões pertinentes à investigação proposta na realização da entrevista aos professores coordenadores da Escola Estadual Crisotelma Francisca de B. Gomes (EJA) sistema prisional feminino, foram estruturadas e sistemáticas, com o intuito de responder com a maior clareza possível os objetivos propostos na referida pesquisa. Diante disso, pergunta-se na questão 02: **Você acredita na ressocialização das mulheres privadas de liberdade?** A resposta da referida pergunta constatou que todos acreditam que é possível que essas mulheres sejam ressocializadas da forma correta, com a participação de todos, escola, instituição prisional e a família. Queiroz (2001, p.84) sintetiza o repertório das regras existente na Resolução 8 mostrando que:

[...] é possível a ressocialização do preso aproximando-o mais rapidamente da sociedade da qual se desviou. [...] o preso tem, dentre outros, direito a: registro;

separação por categorias; locais especialmente destinados à execução da pena; higiene pessoal; roupas e cama; alimentação; exercícios físicos; serviços médicos; disciplina e sanções; direito de informação e de queixa; contato com o mundo exterior; biblioteca; religião; depósito de objetos pessoais; notificação de falecimento, enfermidade e transferências; inspeção.

Ao questionar os professores coordenadores com relação a satisfação das aulas com relação ao ensino aprendizagem perguntou na questão 04: **Você acredita que as alunas da Cadeia Pública Feminina que frequentam a educação EJA sentem-se satisfeitas com as aulas e instruções que estão recebendo?** Obteve-se como resposta que sim. Os educadores acreditam que todas as alunas estão contentes com a forma como estão recebendo as instruções, como estão sendo tratadas, pois não tem demonstrado insatisfação com a ministração das aulas. Mas, é necessário se ter mais atenção às dificuldades que as alunas possam encontrar, no decorrer do processo de ensino aprendizagem, seja em função de suas próprias diferenças, seja em função das dificuldades causadas pelo preconceito que a sociedade lhes impõe. Mirabette (1993: p.85) oportuniza um esclarecimento do referido assunto:

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento de tratamento penitenciário como meio para a reinserção social [...]. Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a 'educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho' (art 205), [...].

Com o intuito de responder com maior clareza possível os objetivos da referida pesquisa, perguntou-se aos coordenadores e professores na questão 06 da entrevista.

Quadro 01 - Síntese da resposta da questão 06

Pergunta	Síntese das respostas.
Em sua opinião o que é necessário para que as alunas da cadeia pública feminina sejam de	São necessárias iniciativas governamentais que estimulem a

Fonte: Entrevista realizada aos professores e coordenadora da EJA Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, 2016.

Com a intenção de saber sobre ingresso no mercado de trabalho foi perguntado na questão 03: **Uma pessoa que sai do sistema prisional tem a mesma oportunidade que os outros de inserção no mercado de trabalho?** Obteve-se como resposta que a sociedade atual infelizmente é segregada e a passagem pelo sistema prisional inibe algumas oportunidades. Coyle, p. 101 afirma que:

Não basta que as autoridades penitenciárias meramente tratem os presos com humanidade e dignidade. Elas também devem oferecer oportunidades de mudanças e desenvolvimento aos presos sob sua custódia. Isso exige habilidades consideráveis e muito empenho. A maioria das penitenciárias está repleta de pessoas marginalizadas da sociedade. Muitas delas têm origens de extrema pobreza e vêm de famílias desestruturadas; uma alta percentagem será de pessoas desempregadas; os níveis de escolaridade provavelmente serão baixos, algumas pessoas terão vivido nas ruas e não terão qualquer rede social legítima. Mudar as perspectivas de vida de pessoas com tantas desvantagens não é tarefa fácil.

Com a intenção de saber sobre o ingresso no mercado de trabalho foi perguntado na questão 03: **Uma pessoa que sai do sistema prisional tem a mesma oportunidade que os outros de inserção no mercado de trabalho?** Obteve-se como resposta: A sociedade precisa oferecer oportunidade de reinserção dessas alunas ao mercado de trabalho, deixar de tratá-las com desconfiança e preconceito.

Quadro 02 - Resposta da pergunta 01 da entrevista feito com professores e coordenadora.

PERGUNTA

Na metodologia de trabalho da Educação de Jovens e Adultos-EJA, ofertada nesta unidade, que aspectos educativos contribuem para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade?

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

O conhecimento adquirido como ampliação da visão de mundo e a interação aluno/professor com fator de estímulo à mudança de vida.

Fonte: Entrevista realizada aos Professores e Coordenadora da Escola Crisotelma, 2016.

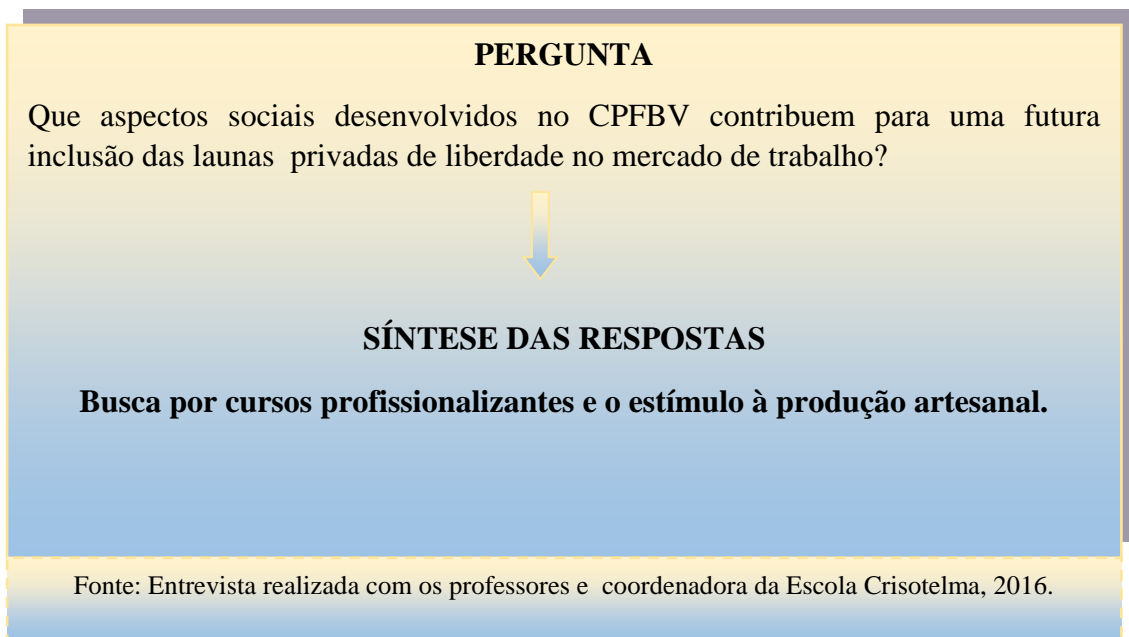
A educação no sistema prisional é importante, pois é uma forma de trabalhar a integração social, assim como garantir a elas uma ocupação prazerosa que a leve a esquecer os motivos de sua prisão, desejo de ré adequação. Marc de Maeyer (2006), nos leva a refletir, se na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida, mediante enfatiza:

(...) a educação na prisão tem uma porção de justificativas (explícitas) e preocupações: garantir um mínimo de ocupação para os internos (ter certeza de que a segurança e a calma estejam garantidas), oferecer mão de obra barata para o mercado de trabalho, quebrar o lado ruim da personalidade e construir um novo homem e uma nova mulher, apresentando atitudes e comportamentos

religiosos, oferecer ferramentas para a vida externa, reeducar, reduzir a reincidência etc. (p. 19).

Ao questionar os professores coordenadores sobre **Que aspectos são importantes para a ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR**, na questão 13. A resposta da referida pergunta foi que seria interessante ter investimento, parcerias, acompanhamento psicossocial e jurídico para que a ressocialização seja realidade com sucesso, e não haja reincidência.

Quadro 3 - Resposta da pergunta 13 da entrevista feito com professores e coordenadora.



Com relação a questão 11, **Quais as atividades realizadas dentro da Cadeia Pública Feminina que as mulheres demonstram prazer em realizar?** A resposta da pergunta exposta foi que o artesanato feito dentro do sistema penitenciário é o que mais as alunas gostam de fazer, sentem prazer em desenvolver esse tipo de trabalho. Com esse trabalho acreditam está ocupando sua mente, pois os momentos que passam ali dentro não são prazerosos.

Ao entrevistar os professores coordenadores **sobre seu ponto de vista com relação aos aspectos educativos trabalhados na educação das alunas privadas de liberdade da CPFBV?** Os educadores responderam que é importante se ter uma estrutura física maior, com espaço para realização de oficinas, parceria para exposição e venda de produtos da mão de obra interna.

A sócioeducação deve ter como fundamento os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade e, como fim, a formação plena do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base na letra e no espírito do Art. 2º da LDBEN: “a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, terá como bases os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, e, como fim, a formação integral da pessoa do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Costa, 2006a, p. 23).

3.2- Objetivo 02- Identificar o perfil educacional e profissional das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista/RR.

3.2.1 - Categoria alunas: Análise da Entrevista.

As questões da investigação propostas na realização da entrevista às alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina foram estruturadas e sistemáticas, com o intuito de responder com maior clareza possível os objetivos da referida pesquisa. Diante disso, pergunta-se na questão 16: **Que trabalho você já realizou?** As respostas da referida pergunta encontra-se no quadro abaixo.

Tabela 5 - Questão 16 - Entrevista realizada com as alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

Pergunta: Que trabalho você já realizou?
Resposta das alunas.
A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7 - Serviços gerais.
A8, A9 - Office Girl.
A10, A11, A12, A13, A14, A15 - Operadora de caixa.

A16, A17, A18 - Camareira.
A19, A20 - Assistente de aluno.
A21, A22, A23 - Manicure.
A24, A25, A26, A27, A28, A29, A30 - Autônoma.
A31, A32 - Repositora em comércio.
A33, A34, A35, A36 - Babá.
A37, A38 - Recpcionista.
A39 – Ajudante de dentista.
A40, A41, A42, A43, A44, A45, A46 – Só trabalhava em casa. Doméstica.

Fonte: Entrevista realizada com as alunas, da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR. 2016.

Ao questionar as alunas privadas de liberdade com relação à cursos técnicos, perguntou-se na questão 13 da entrevista: **Você tem algum curso técnico?** 12 responderam que SIM e 34 responderam que NÃO possuem nenhum curso profissionalizante. A profissionalização na vida de qualquer indivíduo que deseja ter sucesso profissional é importante, até mesmo fundamental. Na contemporaneidade em que se encontra o mundo hoje, onde quem não tem estudo e qualificação fica de fora do mercado de trabalho, o poder público tem que cumprir seu papel de fornecer subsídios para que essas educandas consigam ser inclusas nas instituições de qualificação profissional. Diante disso (Julião, 2014. p. 148), enfatiza, que o direito a educação e trabalho é um instrumento indispensável para liberdade:

O direito à educação escolar como condição inalienável de uma real liberdade de formação (desenvolvimento da personalidade) e instrumento indispensável da própria emancipação (progresso social e participação democrática) é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Dessa forma, ao se abordar a educação para os jovens e adultos (EJA) em situação de privação de liberdade, é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais (integridade física, psicológica e moral). O acesso ao direito à educação lhe deve ser

assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram.

Na questão 15, perguntou-se às alunas privadas de liberdade: **Você gostaria de ter alguma informação de alguma profissão? Qual?** Em resposta à pergunta 44 falaram que SIM, e 02 se expressaram que NÃO tem interesse nesse assunto. As alunas privadas de liberdade em sua maioria tem a intenção de conseguir atuar como micro empresaria, montando seu próprio meio de trabalho, em diferentes áreas, devido a sua falta de estudo e também a não aceitação de ex presas nas empresas de grande porte. Atualmente até mesmo na realização de concurso público de alguns órgãos se exigem a ficha de antecedentes criminais, dificultando com isso a ressocialização dessas mulheres na sociedade.

Ao questionar as alunas privadas de liberdade com relação à possíveis trabalhos realizados dentro da Cadeia Pública, perguntou-se na questão 17 da entrevista: **Você faz algum tipo de trabalho aqui dentro desta unidade, que seja remunerada?** Obteve-se como resposta que algumas vezes sim. Lavar as roupas de uma colega doente, fazer manicure. Esse trabalho é realizado entre elas. Mas a maioria não tem como ganhar nenhuma remuneração dentro da Cadeia. Porém, a maioria das alunas responderam que realizam trabalhos sempre voltados pra a remissão de pena como a limpeza da carceragem, lavagem da quadra, cozinha, fazem artesanatos e estudam.

Quadro 04 - Questão 17 - Entrevista realizada com as alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

Pergunta	Resposta
Você faz algum tipo de trabalho aqui dentro desta unidade, que seja remunerado?	As mulheres responderam que trabalham para remissão de pena na limpeza da carceragem, capina, lavagem da quadra.

Fonte: Entrevista realizada com as alunas da EJA da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR

Dentro do sistema prisional existem algumas regras e restrições que as apenadas precisam seguir, não são de seu agrado mais a submissão facilita sua vida, melhora seus dias ali. Algumas buscam trabalhar para ver se os dias passam mais rápido e saem logo desse lugar pavoroso. O artigo 126 da LEP discorre a respeito disso da seguinte forma:

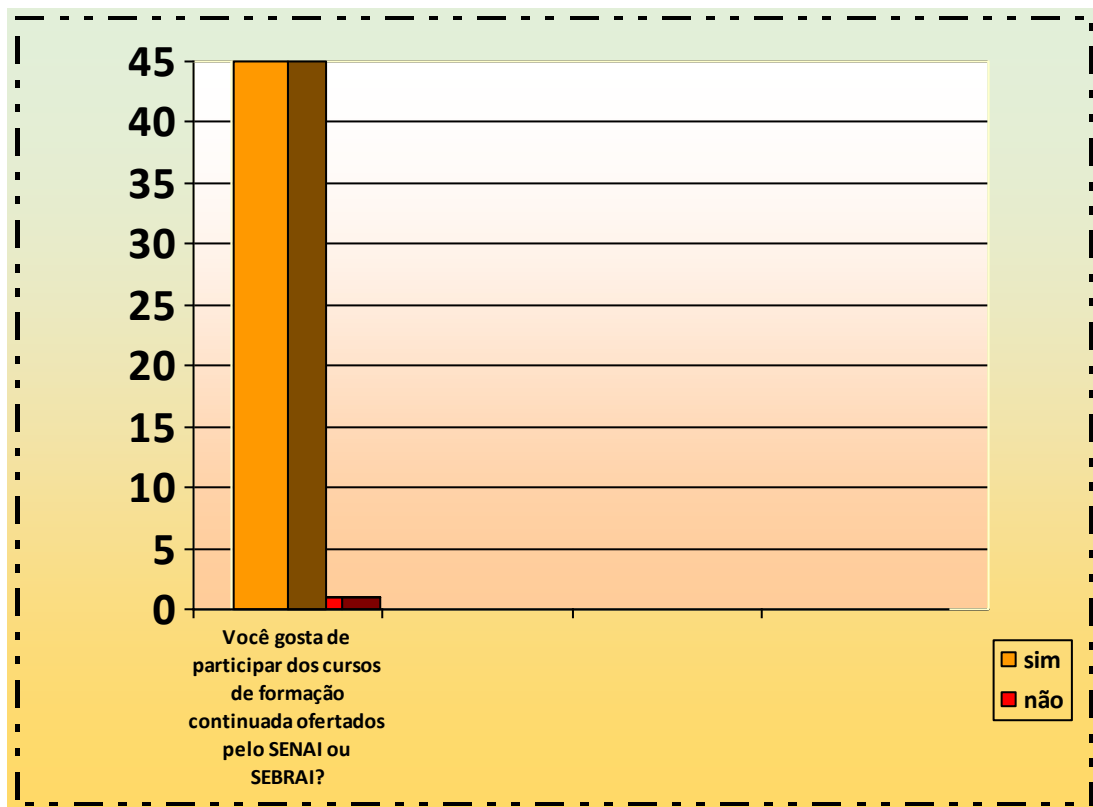
(...) o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena. § 1º - A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) dias de trabalho. § 2º - O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição. § 3º - A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

3.3- Objetivo 03: Verificar quais os cursos de formação profissional são ofertados na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, e as perspectivas de ingresso dessas mulheres no mercado formal de trabalho.

3.3.1- Categoria alunas: Análise da entrevista

Ao questionar as alunas na questão 11: **Você gosta de participar dos cursos ofertados pelo SENAI ou IFRR?** Em resposta a essa questão, 45 mulheres responderam que SIM e 01 respondeu que NÃO. Com isso fica evidente o desejo dessas mulheres de ter uma nova perspectiva de vida, ter uma oportunidade de mostrar o seu talento, mostra a sociedade seu potencial.

Gráfico 01 - Resposta da questão 11 da entrevista realizada às alunas da EJA da cadeia pública feminina de Boa Vista\RR.



Fonte: Entrevista realizada com as alunas da EJA da Cadeia Feminina, Boa Vista/RR, 2016.

Na questão 21, foi perguntado a elas se **gostam de trabalhar**. Todas as reeducandas responderam que SIM, que se sentem importantes quando estão trabalhando. O trabalho dignifica a alma, traz prazer e satisfação para quem pratica. O que essas mulheres querem é somente uma oportunidade para concluir seus estudos e conseguir um bom emprego para o sustento de sua família.

Questão 12 - **O que acha necessário para que você seja realmente inserido no mercado de trabalho?** Ter estudo, cursos profissionalizantes, bom comportamento, ter uma oportunidade, pois a sociedade não nos trata com igualdade. O que está faltando é apoio da sociedade, uma segunda chance para mudar de vida. Pensando dessa forma, Lukács apud Antunes (1997, p. 123), nos dirá que,

(...) o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser

social e o motor decisivo do processo de humanização do homem. Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que: Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Questão 18 - Quando você sair desta unidade prisional, que tipo de trabalho gostaria de fazer para ajudar na renda familiar? A maioria das alunas responderam que gostariam de ter seu próprio negócio, ser um micro empreendedor, seja na área de alimentação, estética ou mecânica.

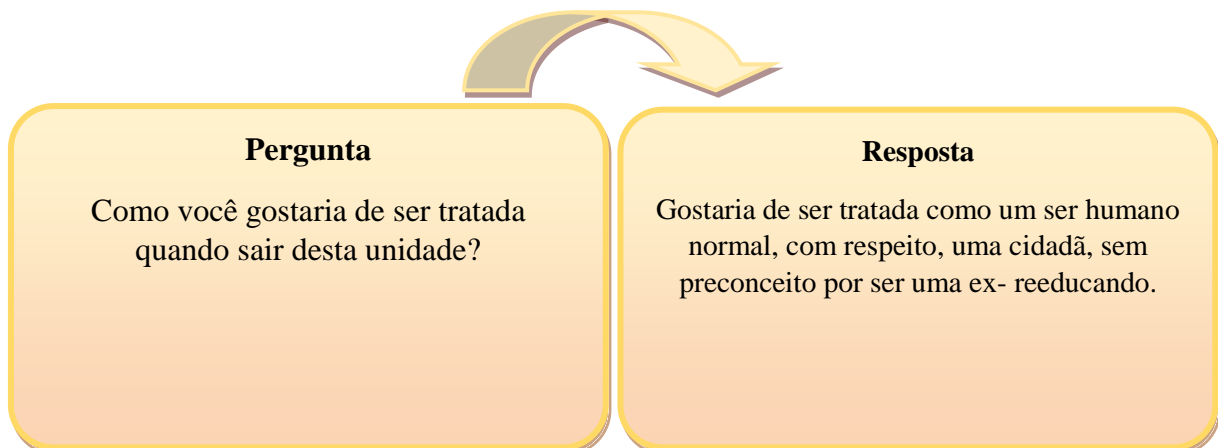
[...] a resistência para oferecer trabalho ao ex-detento decorre de muitos fatores. As pessoas com passado criminal são tidas como não confiáveis. São raras as mulheres, por exemplo, que se dispõem a contratar uma ex-presidiária como empregada doméstica ou como babá. (Pastore, 2011, p. 63)

As alunas acreditam que não irão conseguir trabalho ao sair dali, por isso a maioria pretender obter seu próprio negócio para conseguir seu sustento. A sociedade ainda é muito discriminadora, não confia nem acredita em mudança de caráter.

Assim menciona (Lemgruber, 2004, p. 336), sobre o assunto:

O Estado brasileiro tem sido historicamente incompetente para prover educação e trabalho ao preso. Constroem-se unidades prisionais sem espaço para oficinas de trabalho. Constroem-se unidades prisionais sem escola. Existem escolas que não ensinam. A educação para o trabalho é absolutamente ignorada, quando existem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que podem ser utilizados para tal finalidade.

Quadro 05 - Questão 22 da entrevista feita às alunas da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.



As alunas privadas de liberdade se preocupam também com a forma de pensar da sociedade a seu respeito, demonstram vontade de ser respeitada com ser humano que foi frágil e errou, entendendo que isso pode ocorrer com qualquer pessoa. Frente a isso, Moran (2000, p.2), ao se reportar as 'interações entre os indivíduos' pondera com propriedade que:

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentido de pertencer à espécie humana.

3.3.2. Categoria professores e Coordenadora: Análise da entrevista aos professores

Na questão 12, foi perguntado aos professores coordenadores: **que nota você daria as instituições que ofertam cursos profissionais e educacionais neste ambiente?** Em resposta os educadores em sua avaliação deram nota máxima para quem realiza esse tipo de trabalho que demonstra o amor e a preocupação pelo próximo independente do erro cometido. Cada um deve seguir o exemplo e fazer a sua parte para que a sociedade seja um lugar prazeroso de se viver, onde todos devem se sentir como cidadãos com direitos e deveres a cumprir.

Na questão 9 da entrevista destinados aos professores coordenadores foi perguntado, **em seu ponto de vista os aspectos educativos trabalhados na educação das alunas privadas de liberdades da CPFBV são: ótimos, bons ou razoáveis**, em respostas a perguntas foi declarado que o sistema ainda deixa muita a desejar, falta políticas públicas mais eficaz para que a ressocialização seja efetivada plenamente.

3.3.3. Categoria Gestora: Análise da entrevista Gestora

Para obter os resultados e alcançar o objetivo da pesquisa, perguntou-se à Gestora da Cadeia Pública Feminina na questão 03 da entrevista: **Uma pessoa egressa de um sistema prisional tem a mesma oportunidade que outros de inserção no mercado de trabalho?** A resposta da referida pergunta foi NÃO. Infelizmente nossa

sociedade é segregadora e a passagem pelo sistema prisional inibe algumas oportunidades. Realmente a sociedade exclui uma pessoa que sai da prisão, não dando oportunidade para um recomeço.

Segundo Durkheim (1978), dentro de cada um de nós existem referências mentais que definem o nosso ser enquanto indivíduo e paralelamente como ser social. Portanto, em nossa mente trafegam querereres individuais e também um conjunto de crenças, hábitos, valores que revelam as formas de viver dos nossos pares que partilham conosco a mesma sociedade. Quando pensamos a sociedade estruturada sobre o conceito de representações, segundo ele, aceitamos a *coerção* que todo impõe às partes or meio da educação.

Na questão 5 da entrevista, perguntou-se à gestora: **As alunas da Cadeia Pública possuem qualificação profissional básica para o ingresso no mercado de trabalho?** A gestora respondeu que SIM. Todas as alunas possuem uma qualificação básica. Isso se demonstra quando procuram ser estudantes, procuram uma forma de começar ou continuar seus estudos aqui neste lugar. Mas suas qualificações profissionais não estão sendo suficiente para ter subsídios ao serem egressas e no mercado de trabalho. Julião, 2016 enfatiza:

As instituições sociais para Durkheim são exteriores aos indivíduos e exercem sobre eles uma ação coercitiva que estranha na consciência individual e, assim, passam a representar a consciência coletiva. Portanto, a educação deve ser entendida como instituição social, com regras sociais pré-definidas; e todo sistema educativo é produto da história e só por meio da análise histórica pode ser entendido.(p. 60).

Na questão 6 da entrevista, perguntou-se à gestora: **Em sua opinião o que é necessário para que as alunas da Cadeia Pública Feminina sejam de fato e de direito “inseridas” no mercado de trabalho?** A resposta da referida pergunta foi que precisa de iniciativas governamentais que estimulem a contratação dessa população.

Diante de tal fato, percebe-se a necessidade de se analisarem as políticas públicas de ressocialização implementadas no sistema penitenciário brasileiro, discutindo modelos de projetos, seu desenvolvimento, bem como sua eficiência, eficácia e efetividade.

Compreendendo o conceito moderno de cidadania com as suas múltiplas e variadas implicações, consequências e contradições, baseando-se no sentido explicitado por Carlos Nelson Coutinho, de que o cidadão é o indivíduo que respeita as leis porque ajudou a fazê-las. Vemos que, diante das características dessa população, que não só nunca participou da sua implementação, como nunca gozou de seus benefícios, pelo contrário, sempre foi alijada dessa discussão, dificilmente conseguirá apreendê-la nas suas dimensões e, principalmente, nas suas contradições.

Na questão 8 da entrevista, perguntou-se à gestora: **Que aspectos sociais desenvolvidos na Cadeia Pública Feminina contribuem para uma futura inclusão as aluna privada de liberdade no mercado de trabalho?** A resposta da referida pergunta foi a Educação, Cursos profissionalizantes e Produção artesanal. Chama-nos atenção para o fato de que as relações sociais no cárcere são fundamentais em uma prisionização e só a compreendendo serão percebidas as suas dimensões e imbricações.

Julião (2016) cita:

Sempre foram vistos de forma diferente na implementação de políticas públicas de execução penal. Enquanto a grande maioria de agentes operadores da execução penal valoriza o trabalho como proposta de programa de ressocialização, outros valorizam a educação. Hoje há outro grupo que acredita que a educação e o trabalho devem estar articulados.(p.198).

Como podemos observar, educação e trabalho são duas importantes categorias que permeiam toda a discussão sobre programa de ressocialização ou reinserção social no sistema prisional.

3.4-Objetivo 04 - Analisar a educação de Jovens e Adultos – EJA e sua contribuição no processo de ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

3.4.1-Categoria alunas: Análise da entrevista

Na questão 03 perguntou-se às alunas: **Existe dificuldade para você assistir as aulas da EJA?** A resposta foi: 38 responderam que SIM, 08 responderam que NÃO. O governo não oferece matéria didática para os alunos, os plantonistas não permitem assistir as aulas por diferentes motivos.

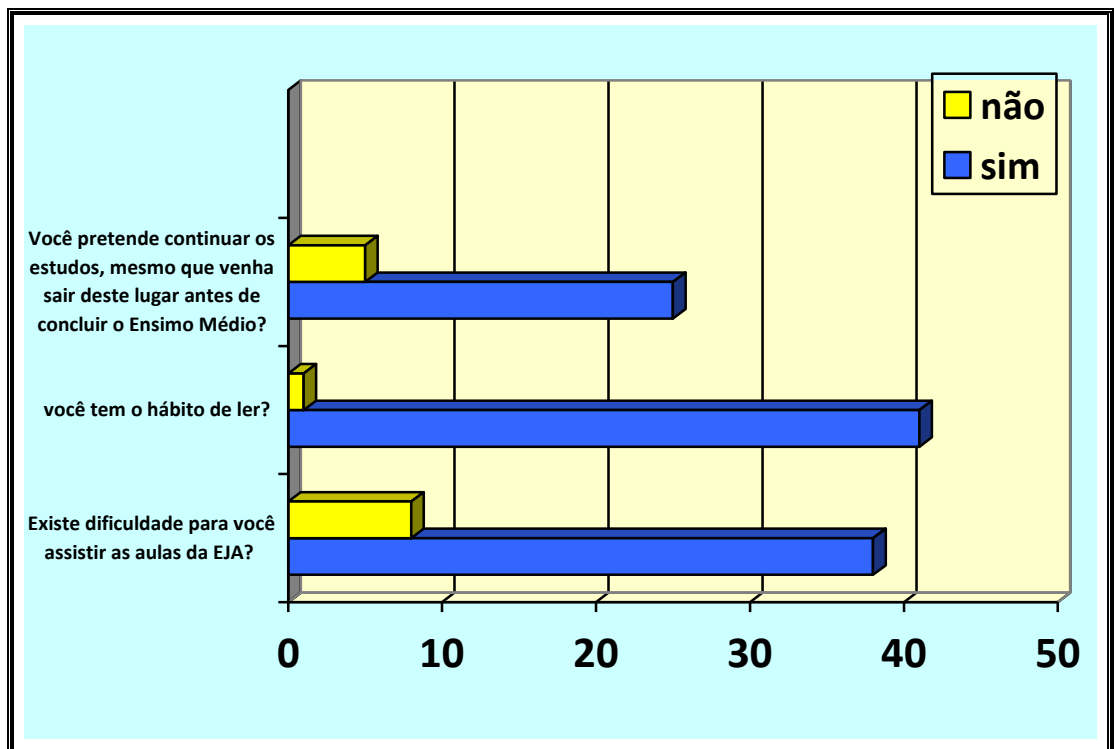
As alunas sentem dificuldade em frequentar as aulas por diversos motivos, seja por falta de material didático, até mesmo por greve dos plantonistas ou falta de vontade as liberarem para as aulas. Para que o trabalho de ressocialização seja realizado com eficácia é preciso a cooperação de todos os protagonistas, agentes penitenciários nesse contexto, todos precisa ter em seu coração o amor ao próximo, desejo de ajudar sem olhar as falhas humanas.

Perguntou-se na questão 09 da entrevista: **Você tem o hábito de ler? Que tipo de leitura?** A resposta das alunas foram que 41 Responderam SIM e 05 NÃO. A leitura mais realizada por elas é a leitura da Bíblia. As alunas gostam de ler, no entanto, não conseguem acesso aos livros no momento que desejam, o acesso ao espaço de leitura é restrito dificultando assim seu desenvolvimento na leitura.

Para obter resposta perguntou-se na questão 14: **Você pretende continuar os estudos, mesmo que venha sair deste lugar antes de concluir o Ensino Médio?** 45 alunas responderam SIM e 01 aluna respondeu NÃO. O desejo de continuar os estudos ao sair do presídio é evidente, no entanto sabe se que a realidade eminente nos dias atuais é outra, a sociedade não dá oportunidade para essas alunas continuarem seus estudos, falta suporte seja na área institucional ou de trabalho. Com a dificuldade de arrumar trabalho, em muitos casos quando conseguem é no momento das aulas, onde elas acabam por priorizar o sustento dos filhos e deixando o estudo em último plano. A realidade brasileira é cruel com as classes menos favoráveis em termo financeiro, infelizmente muito precisa ser mudado para esse lugar ser para todos.

A educação, em síntese, conforme os nossos marcos legais, é um direito público e subjetivo e sua oferta escolar deve estar adequada às necessidades e disponibilidades dos seus sujeitos, garantindo sob qualquer coisa, condições de acesso e permanência na escola (Julião, 2015).

Gráfico 02 – Respostas das questões 03, 09 e 14, da entrevista feita às alunas da EJA, na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.



Fonte: Entrevista realizada com as alunas da EJA Cadeia Pública Feminina Boa Vista/RR. 2016.

As alunas da EJA do sistema prisional não se diferem das demais alunas no sistema regular de ensino em uma escola pública aqui de fora, possui sonhos e desejos

em seu interior, buscar uma qualidade de vida mais digna, longe do ambiente hostil em que se encontra no momento. O ensino aprendizagem não se difere dos outros, o entanto o educador tem que saber lidar com a diferença de personalidade e de ambiente onde se está ministrando as aulas, pensando sempre que são alunas repletas de anseios e dúvidas que precisam ser sanadas. Elas precisam de novos sonhos para sonhar, uma realidade diferente da que está vivendo atualmente.

3.4.2. Categoria Gestora: Análise da entrevista

Perguntou-se na questão 01 da entrevista à gestora: **Na metodologia de trabalho da educação de Jovens e Adultos – EJA, ofertada nessa unidade prisional, que aspectos educativos contribuem para a ressocialização das alunas privadas de liberdade?** A resposta da gestora foi que o conhecimento adquirido como ampliação da visão de mundo e a interação aluno/professor como fator de estímulo à mudança devida.

A educação tem papel de destaque, não apenas pelos benefícios da instrução escolar, mas também da crença de que o preso pode ser modificado, por meio de um processo que transforma sua visão de mundo e seu senso crítico e que, dessa forma, assim o fazendo, produz entendimento sobre o valor da liberdade, o que resultará em melhor comportamento no cárcere.

Perguntou-se na questão 04 da entrevista à gestora: **Você acredita que as alunas da Cadeia Pública Feminina que frequentam a educação de Jovens e Adultos – EJA sentem-se satisfeitas com as aulas e instruções que estão recebendo?** A resposta da pergunta foi SIM. As alunas têm demonstrado satisfação e disposição para estar todos os dias em sala de aula. Essa é uma atividade que as mesmas levam com seriedade.

A educação é considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos reclusos assegurar um futuro melhor quando recuperarem a liberdade. Julião, (2016) acrescenta:

Esta posição talvez seja compartilhada pelos apenados que compreendem que o encarceramento tem uma finalidade que vai além do castigo, da segregação e dissuasão

e que, portanto, aceitam voluntariamente e aprovam o aspecto reformador do encarceramento, em especial as atividades de educação profissional e as informações sobre oportunidades de emprego. Outros apenados, ao contrário, rechacham a educação comom parte de um sistema impositivo e castrador, que os querem alienados. (p. 221).

Então, é possível que muitas alunas participem inicialmente das atividades educativas por razões alheias à educação, como sair das celas, estar com amigas, etc.

Perguntou-se na questão 09 da entrevista à gestora: **Como você avalia o trabalho da Educação de Jovens e adultos realizados com as alunas privadas de liberdade?** A resposta foi, ÓTIMO. As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida das internas, criando condições para que molde sua identidade. Esse é um ponto muito positivo da educação neste ambiente.

Assim como deve existir educação escolar e educação profissional dentro do espaço carcerário como política de execução penal, hoje também defendemos que deve existir uma proposta político-pedagógica orientada na socioeducação, cujo objetivo seja preparar o apenado para o convívio social. (Julião, 2016, p. 222).

Compreende que a educação deve garantir as seguintes competências: Pessoal, Social, Produtiva e Cognitiva. A escola seja para crianças, jovens e adultos, inclusive em ambientes de privação de liberdade, deve ser concebida como um espaço de encontro e socialização ao mundo livre em que o saber é apenas um dos elementos para a sua constituição.

4. RESULTADOS LISTA DA OBSERVAÇÃO

4.1 - Categoria alunas - Análise da observação

Na observação realizada na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, da turma da EJA, com relação **a importância da educação** na vida do ser humano, foi perguntado as alunas o que elas esperam da educação de jovens e adultos-EJA, o que se observou é que todas possuem o mesmo desejo que é concluir seus estudos e ter a

oportunidade de mudar de vida ao sair desse local em que se encontra no momento. Foram questionadas se gostam da metodologia adota pelos professores, ambas responderam que a metodologia adotada pelos educadores tem sustido efeito, conseguem compreender o que está sendo explicado e os professores são bem preparados. A o serem questionadas se recebem o mesmo tratamento dos professores e demais funcionários da instituição de ensino, enfatizaram que são bem tratadas, sempre com respeito, mais existe também alguns que se sentem diferente e acreditam que lhe falta algo. É importante se conhecer realmente a importância da educação, (Saviani, 2005, p. 263), diz que:

a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos.

A educação acontece de forma voluntária, é um desejo próprio que cada aluno precisa ter para alcançar o sucesso. Segundo Morin (2003), “a missão espiritual da educação é ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade moral e intelectual da humanidade, pois, apesar dos avanços na tecnologia da comunicação, permanece a incompreensão tanto no plano individual como entre culturas e povos de origens culturais diferentes”.

Tabela 06 - Observação da Escola Estadual Crisotelma Francisca de B. Gomes.

--	--	--	--

Crítérios observados	Escola	Indicadores	Resultados
Educação	Crisotelma Francisca de B. Gomes Boa Vista\RR	1- O que você espera da educação de jovens e adultos-EJA?	O resultado demonstrou que as alunas estão esperando coma educação obter um futuro melhor, digno.
		2-Você gosta da metodologia aplicada pelos professores neste ambiente escolar?	As alunas estão satisfeitas com a metodologia que os professores têm adotado em sala de aula.
		3- Você recebe o mesmo tratamento dos professores e de todos os funcionários da Escola Crisotelma Francisca de B. Gomes?	As alunas em sua maioria se sentem tratada de igual forma, com respeito e afeto.

Fonte: Pesquisa realizada na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR. 2016.

4.2 - Análise da observação professores.

Ao questionar os educadores **com relação sobre a qualificação profissional básica das alunas privadas de liberdade para o ingresso no mercado de trabalho**, todos foram categóricos em afirmar que sim, elas estão preparadas para atuar em qualquer área que desejarem, porque força de vontade não lhes faltam. As alunas privadas de liberdade em sua maioria possuem o desejo de virar essa página ruim de sua vida, de ter uma nova oportunidade de não errar mais, o que lhes faltam é confiança da sociedade.

Os professores que atuam no sistema prisional feminino da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, afirmaram que muito ainda precisa ser feito no auxílio a essas alunas que estudam o EJA nesta instituição. A forma como estão sendo ministradas as aulas tem sido favorável ao ensino aprendizagem, no entanto ainda

necessita mais, projetos que englobe mais subsídios para sua ressocialização. Falta um espaço de leitura para que elas possam se deleitar na literatura de forma significativa. O professor sozinho não consegue executar um bom trabalho, todos unidos em um só propósito levarão ao sucesso educacional e mudança de vidas dessas alunas privadas de liberdade.

Os professores acreditam que a Educação de Jovens e Adultos EJA, pode fazer a diferença na vida das alunas da Cadeia Feminina contribuindo para uma efetiva ressocialização, destacam que A educação nas prisões femininas hoje, tem sido uma constante mudança, onde jovens e adultas acima de 18 anos em situação de privação de liberdade correspondem 6 % da população no sistema prisional brasileiro. As condições de vida desse grupo são marcadas por violações devido a superlotação, pouca assistência médica e jurídica, a pobreza que caracteriza a maioria dessa população e a discriminação. Acreditamos que a educação faz a diferença na vida do ser humano. A busca por estudos na Cadeia Pública Feminina vem crescendo nesses últimos anos e entendemos que seja pela busca de mudança de vida que isso vem acontecendo. Todos os dias fazemos o nosso papel de fazer as alunas refletir e buscar a mudança através dos estudos. Algumas estão tendo oportunidade de estudar na Cadeia, pois lá fora pensaram em tudo, menos em estudar. São ofertados vários projetos para incentivo das alunas privadas de liberdade com a finalidade fazer as alunas reconhecerem suas importâncias, que se esforcem para ser cada vez melhor e se tornar exemplo para seus filhos ou suas mães. Valorizando o seu papel na vida dos filhos. Visando que a maioria das internas são mães ou ainda possuem suas mães. A escola, enquanto instituição formadora de consciências e ressocializadora, precisa resgatar valores que ao longo do tempo estão se perdendo, como a preservação do respeito à figura da família. A EJA dentro da Cadeia Feminina está abrindo portas e oportunizando às que querem uma mudança de vida.

4.3 - Categoria alunas – Análise da observação

Ao questionar as alunas com relação ao processo de ressocialização, a importância da educação para facilitar a inserção no mercado de trabalho, houve como resposta quase que unânime, que elas acreditam que a educação é o passaporte para se ter sucesso na vida, sem ela a ignorância persisti em seu interior, o desejo de mudança é visível em cada uma, todas acreditam que somente através da educação se conseguirá uma inserção com sucesso ao mercado de trabalho. A ressocialização é algo bom, no entanto a sociedade atual não acredita que isso pode ser possível, que as mulheres saem do presídio com outra visão de mundo, sempre vai haver desconfiança com uma ex presidiária, difícil se conseguir um bom emprego após declarar que já esteve presa. As instituições públicas deve buscar oferecer mais cursos profissionalizantes em diferentes área para facilitar a vida dessas mulheres que só desejam um emprego digno para o sustento de sua família.

(Maeyer, 2006, p. 35). Defende uma educação global, porque, segundo ele, “recolhe pedaços dispersos da vida; dá significado ao passado; dá ferramenta para se formular um projeto individual ao organizar sessões educacionais sobre saúde, direitos e deveres, não - violência, autor respeito, igualdade de gênero.

4.4. - Categoria Professores - Análise da Observação.

Ao questionar os educadores, **que modelo de trabalho você acredita que contribuirá na efetiva ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina**, os professores argumentaram que é necessário a realização de novos projetos com intuito de torna o processo de ensino e aprendizagem mais significativo, auxiliando na formação delas como cidadãs ativas e participativas diante da sociedade. Os projetos devem motivar e despertar o interesse das alunas, fazendo-as ativa em sala. É preciso elaborar um plano de intervenção que tenha como meta, a promoção de atividades didáticos-pedagógicos a melhoria da aprendizagem e consolidar-se a construção de uma escola de qualidade. As alunas precisam ser motivadas com aulas diferenciadas e materiais didáticos que tanto elas precisam. A biblioteca da Cadeia Feminina precisa funcionar de forma que elas possam ter acesso aos livros que gostariam de ler. Será importante as alunas ter acesso ao material didático no horário oposto de aula, pra que as mesmas continuem fazendo suas atividades escolares mesmo

dentro da cela. Muito interessante a leitura de clássicos de diferentes autores brasileiros, e depois da leitura fosse feita uma discussão do assunto abordado no livro e apresentado o resumo da obra como forma de expor seu interesse pela leitura de outras obras. Atividades esportivas, pintura de quadros, construção de poesias, pois acreditamos que a poesia deve ter um olhar mágico servindo de ferramenta imprescindível para aprender olhar e compreender os acontecimentos ao seu redor, bem como resgatar o gosto pela leitura. Esses trabalhos realizados no processo de desenvolvimento das alunas privadas de liberdade ajudam as mesmas na construção da cidadania e na preservação do meio em que vivemos.

IV - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Objetivo 05 - Propor um trabalho de intervenção que contribua na efetiva ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR.

As alunas da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, tem recebido apoio de sua família para amenizar sua situação ali dentro, diminuir a saudade e o peso da culpa em se encontra nessa situação. Muitas têm filhos pequenos que precisam ser deixado com outras pessoas, estão perdendo os melhores momentos de sua infância. A intensão delas é a cada dia se aperfeiçoar e conseguir um emprego digno, com uma remuneração suficiente para proporcionar a seus filhos qualidade de vida.

Neste contexto se insere a importância da educação escolar como mecanismo de inserção do indivíduo na sociedade e como meio para levar os seus agentes à reflexão. E dessa forma, se comprometer com a transformação de suas condições materiais.

[...] a primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser de práxis (FREIRE, 1979, p. 17).

As mulheres privadas de liberdade gostariam de ter mais acesso à informações de cursos profissionalizantes, acesso para realizar esses cursos, pois só assim conseguirão uma nova possibilidade de melhorar de vida e sucesso profissional.

Assim, esta pesquisa tem o propósito de colaborar para o desenvolvimento de ações educativas que contribuam para compreensão dos processos de trabalho, das transformações tecnológicas e das possibilidades que o domínio desses conhecimentos pode proporcionar a qualidade de vida das mulheres privadas de liberdade. Desta forma, almeja-se que as Políticas Públicas voltadas à educação da população carcerária feminina, com vistas à reeducação, qualificação profissional e a geração de emprego e renda nos presídios brasileiros e em Boa Vista/RR se torne possível, pois essas ações serviriam especialmente como mecanismo de multiplicação de conhecimentos e estratégias de ação do Estado e da Sociedade Civil, numa perspectiva de mercado, incluindo também nesta categoria, as Universidades e os Centros de Pesquisas Científicas.

Eleger Políticas Públicas para mulheres, implica em ir além da repressão à violência; implica na garantia dos direitos, que requer o exercício e atuação pública com vistas à sua reinserção na sociedade, uma vez que ainda é a mulher a grande orientadora na formação familiar. Assim, acredita-se na possibilidade, pelo fato de que estas, ao cumprir suas penas, reintegrarão à sociedade com uma nova visão de mundo e de homem, adquirida a partir da “tomada de consciência”. Possibilitando-lhes assumir novos valores, habilidades e competências, e desta forma dar melhores condições de vida para si e para sua família.

Diante dessa afirmação, é possível compreender que ainda faltam Políticas Públicas favoráveis para uma ressocialização eficaz. E para que haja a efetiva ressocialização da mulher privada de liberdade quando egressa do sistema é necessário o apoio do Estado e das Instituições privadas.

Neste sentido propõe-se a incorporação de novos programas sociais, que os cursos profissionalizantes ofertados sejam por diferentes instituições e que sejam em diferentes áreas profissionais, que seja feito uma pesquisa para saber quais cursos as

mulheres privadas de liberdade gostariam de fazer e assim, estimular para que haja uma aceitação maior.

Buscar o envolvimento da Secretaria de Educação do Estado de Roraima, para implementação de uma Política Educacional, através de uma biblioteca de leitura e que as mulheres privadas de liberdade tivesse acesso aos livros literários e assim conhecer novos horizontes mediante a prática de leitura.

Buscar parcerias entre a Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUC e Secretaria de Educação - SEED, para oferecer cursos aos profissionais da educação envolvidos nesse processo de ressocialização com mulheres privadas de liberdade, e assim estarem sempre motivados e preparados para ajudar essas pessoas que buscam no professor motivação e esperança.

Para, Scarfò (2007) é necessário se reconhecer a educação nas unidades prisionais como uma modalidade específica de educação, importante na formação e capacitação dos educandos com aportes teóricos que promova e estimule situações de ensino e aprendizagem. O autor, enfatiza que diante dessa realidade que se presencia atualmente, a sociedade clama por mais sensibilidade pelos problemas sociais, menos exclusão. A prática pedagógica do educador deve ser respaldada na instauração do diálogo apoiando-se nos pressupostos da educação como prática da liberdade, também reconhecida como um ato político de conscientização e humanização.

É necessário que todos estejam envolvidos na educação e no processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade. Portanto, a família, a gestão da Cadeia, os agentes penitenciários, motoristas e toda a comunidade envolvida devem delinear de forma colaborativa e interdisciplinar a construção do projeto de vida com o aprisionado, respeitando sua trajetória de vida e expectativas presentes e futuras.

V - CONCLUSÃO

O tema “Educação e ressocialização: Um estudo na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR” foi elaborado partindo de um questionamento pesquisado no desenvolvimento dessa dissertação, atingindo todos os objetivos propostos na introdução, mostrando que a educação, embora seja tema em todos os discursos políticos, nesse ambiente ocupa um papel secundário, como no resto dos investimentos públicos.

O desenvolvimento foi proporcionado por meio de um referencial teórico, de onde foi possível retirar citações diretas e indiretas, que vieram complementar a experiência vivida da autora e as análises dos questionários dos entrevistados. Buscou-se os autores que tratavam sobre o tema, de forma a contextualizar com a realidade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista, Roraima. Demonstrando assim, que os resultados alcançados nos objetivos da investigação da pesquisa, respondem o problema proposto: como a Educação contribui para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR?

As respostas dessa pesquisa contribuíram para a análise dos dados coletados, evidenciando que a educação é de extrema importância para o processo de ressocialização das reeducandas e que apesar do aspecto educacional constar na Lei de

Execução Penal, no Código Penal e no Código de Processo Penal, em sintonia com as medidas necessárias para a promoção dos direitos da pessoa humana, na realidade dentro do sistema penitenciário esses aspectos ainda não são aplicados plenamente.

Foi averiguado no objetivo 01 da pesquisa que para as alunas privadas de liberdade, a Educação de Jovens e Adultos – EJA está direcionada para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a ressocialização, buscando atender as necessidades das mesmas de forma que todas possam usufruir das oportunidades que lhes são apropriadas, garantindo a igualdade e a cidadania.

No objetivo 02 da pesquisa, identificou-se que o baixo grau de instrução e a falta de qualificação profissional das alunas privadas de liberdade é motivo de reflexão. A profissionalização na vida de qualquer indivíduo que deseja ter sucesso profissional é importante, até mesmo fundamental. Na contemporaneidade em que se encontra o mundo hoje, onde quem não tem estudo e qualificação fica de fora do mercado de trabalho. O direito a educação e trabalho é um instrumento indispensável para liberdade.

Conforme o objetivo 03 da referida pesquisa, compreende-se que os cursos de formação profissional são imprescindíveis para as alunas privadas de liberdade. Através da implementação desses projetos, assegura-se às mesmas sua independência e estabilidade financeira, proporcionando a satisfação pessoal. Assim, vale ressaltar a importância dos cursos profissionalizantes na vida de cada aluna, pois exerce um papel fundamental para as regressas que podem ser consideradas um diferencial, superando às expectativas da organização. A inserção das regressas no mercado de trabalho é um grande desafio. Cada aluna considera que sua experiência profissional é muito importante para o seu crescimento. A aprendizagem, além das exigências impostas pela atividade, faz com que se tornem profissionais confiantes e seguras de suas competências.

Observou-se no objetivo 04 da pesquisa que a modalidade EJA desenvolvida na Cadeia Feminina de Boa Vista tem um papel significativo como um dos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de condições para as reeducandas possam compreender a construção do seu desenvolvimento em termos individuais e sociais, contribuindo na

ressocialização. Mas é preciso romper com a concepção tradicional e reducionista de escola, somente condicionada na aquisição de conteúdos pragmáticos e muitas vezes descontextualizada do ambiente em que vive no momento.

Diante de todas as colocações expostas nesta pesquisa, foi possível compreender que no sistema prisional, torna-se fundamental a implementação de uma cultura em que realmente se privilegie uma política interdisciplinar de atendimento à interna, onde não se torne utópica a participação, do assistente social na escola, do professor na assistência jurídica e vice-versa. É preciso que se concretizem os “Planos Individuais de Atendimento”, assim como os “Planos de Convivência Familiar e Comunitário”. É imprescindível que se perceba que não é só com a criação de novas escolas, inclusive associadas ao ensino profissional, que resolveremos o problema da EJA, para as alunas privadas de liberdade. É necessária uma concepção educacional que privilegie e ajude a desenvolver novas potencialidades e competências; que favoreçam a mobilidade social das internas; que não as deixem se sentirem paralisadas diante dos obstáculos que serão encontrados na relação social.

VI - RECOMENDAÇÕES

Diante das observações mencionadas nesta pesquisa é possível compreender que ainda faltam políticas públicas favoráveis a uma ressocialização eficaz. Nesse sentido, deveria, ser incorporados novos programas sociais, cursos profissionalizantes em diferentes áreas de atuação dando maior ênfase em especial ao ensino profissionalizantes, cursos técnicos, Sugere-se a implementação de uma política educacional de biblioteca de leitura para as alunas aprimorarem seu conhecimento literário, conhecendo novos horizontes mediante a prática de leitura. Esta política poderá ser baseada em amplos programas para resolver não somente a distorção visível no ensino aprendizagem, mas também para eliminar as perdas do sistema educacional.

É necessário um salto qualitativo nas atividades educativas que acontece no espaço de privação de liberdade, investindo-se para que se torne um espaço educativo que abrange diferentes dimensões, se propondo atividades diversificada, em diferentes espaços, não apenas os escolares ou formais, uma arquitetura pedagógica que construa tempos e espaços para a formação continuada. Se considerarmos que o aprisionado fica pouco mais que oito horas fora da tranca, uma série de atividades podem ser planejadas e programadas, com ações significativas, e as horas de isolamento podem ser ressignificadas como horas de construção de uma comunidade de aprendizagem.

Indispensável se pensar em uma comunidade de aprendizagem que compartilhar ações com todos os envolvidos na unidade educativa – seja o diretor da prisão, o diretor de educação, o diretor de trabalho, o agente penitenciário, o professor, o psicólogo, o

assistente social, o advogado, os envolvidos com religião e com outras atividades formativas, devem delinear de forma colaborativa e interdisciplinar a construção do projeto de vida com o apripsonado, respeitando sua trajetória de vida e expectativas presentes e futuras.

Para, Scarfò (2007) é necessário se reconhecer a educação nas unidades prisionais como uma modalidade específica de educação, importante na formação e capacitação dos educandos com aportes teóricos que promova e estimule situações de ensino e aprendizagem. O autor, enfatiza que diante dessa realidade que se presencia atualmente, a sociedade clama por mais sensibilidade pelos problemas sociais, menos exclusão. A prática pedagógica do educador deve ser respaldada na instauração do diálogo apoiando-se nos pressupostos da educação como prática da liberdade, também reconhecida como um ato político de conscientização e humanização.

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000). É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar do indivíduo. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades (Kreppner, 2000). Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

REFERÊNCIAS

- Antunes, C. (200). *Relações interpessoais e auto-estima: a sala de aula como um espaço do crescimento integral*. Fascículo 16. Rio de Janeiro: Vozes.
- Beltran, E. N., Isauro. Vygotsky, Leontiev e Galperin. (2009). Brasília: Líber.
- Bitencourt, C. R. (2001). *Falência da Pena de Prisão: causas e alternativas*. 2.Ed. São Paulo: Saraiva.
- Bitencourt, C. R. (2007). *Criminologia crítica e o mito da função ressocializador da pena*. Rio de Janeiro: Lumen. In: BITTAR, Walter. A criminologia no século XXI. Juris, IBCCRIM.
- _____. (2004). *A Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction*. Paris: Minuit.
- BRASIL. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética*. V. O8. Brasília: DF:MEC/SEF.
- BRASIL. (2008). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.
- BRASIL. (2008). Senado Federal. **Lei nº 7.210/84**. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal.
- Canario, R. (2005). *O que é escola? Um olhar sociológico*. Porto.
- Campos, D. M. (1987). *Psicologia da aprendizagem*. Petrópolis: Vozes.
- Capovilla, F. C. et al. (2004). *Neuropsicológica e aprendizagem: uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Menon.

- Coelho, M. T; José, E. A. (1999). *Problemas de aprendizagem*. São Paulo: Ática.
- Coelho, D. V. *A crise no sistema penitenciário brasileiro*. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf. Consultado 2016.
- Drovet, R. C. R. (1995). *Distúrbios da aprendizagem*. Porto Alegre: Arned,
- Falcão, G. M. (2001). *Psicologia da aprendizagem*. São Paulo: Ática.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Unesp.
- Freire, P. e Guimarães, S. (1982). *Sobre educação: diálogos*. (Coleção Educação e comunicação; v. 9). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, E. T. (2012). *Educação para consciência histórica no sistema prisional*. Debates em educação Científica e Tecnológica, ISSN 2179 – 6955, v.2. Espírito Santo:
- Greco, R. (2011). *Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativa à Privação de Liberdade*. São Paulo: Saraiva.
- Gonçalves e Silva, P. B. (1996). *Prática do racismo e formação de professores*. In: Dayrell, J. (1996). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Kuhene, M. (2013). *Lei de Execução Penal Anotada*. 11. ed. rev. e atual. Curitiba: Jaruá.
- Libâneo, J.C. (1990). *Didática*. São Paulo: Cortez.
- Matta, A. (2006). *Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história*. Brasília: Líber.
- Marchesi, A. e Martín, E. (2003). *Qualidade do ensino em tempos de mudança*. Porto Alegre: Artemed.
- Martins, M.M. (2004). *Uma crise nas instituições*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mirabete, J. F. (2006). *Execução Penal: Comentário a Lei 7.210*. 11 ed. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. S.; Hartz, Z. M. A. e Buss, P. M. (2000). *Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário*. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva.
- Moreno, M. T. (2001). *Aprendizagem e tecnologia na educação superior*. Fortaleza: Faculdade Filadelfia.

- Mussen, P.H.; Conger, J.J e Kagan, J. (1977). *Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. São Paulo: Harper & Row do Brasil. (Trad: Child Development and Personality- Fourth Edition).
- _____. (2002). *Execução Penal*. 10 ed. São Paulo: Atlas.
- _____. (2007). *Execução Penal*. 11 ed. São Paulo: Atlas.
- _____. (1996). *Manual de Direito Penal*. São Paulo: Atlas.
- _____. (2000). *Manual de Direito Penal*. 16 ed. São Paulo: Atlas.
- Regan, T. (1985). *The Case for Animal Rights*. In: Singer, P. Defence of Animals. Dir. Peter Singer. Éd. Blackwell: Oxford.
- Roth, L. M. (2011). *Repetência e auto estima*. São Paulo: Disponível em: www.abpp.com.br. Consulta 2016.
- Sarlet, I. W. (2011). *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1998*. 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Teixeira, D. L. D. (2014). *Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*. Agravo nº 70060581303. Oitava Câmara Criminal. Julgado em 13/08/2015. Disponível em: Consulta em 2015.
- Teixeira, C. J. P. (2001). *EJA e Educação Profissional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Teles, N. M. (1999). *Direito Penal: Parte Geral – I*. 1ª ed. São Paulo: Editora de Direito.
- Thompson, A. (1980). *A questão da penitenciária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Witter, E. e Lomônaco, J. F. (1984). *Psicologia da aprendizagem*. São Paulo: Pedagógica Universitária.
- Wokler, R. R. (1995). Oxford: Oxford University Press.
- Zaffaroni, E. R. e Oliveira, E. (2012). *Criminologia e política criminal*. Rio de Janeiro: GZ.
- Zaffaroni, E. R. e Pierangeli, J. H. (2007). *Manual de Direito Penal Brasileiro*. 7 ed. São Paulo: RT.

APÊNDICE



APÊNDICE A– ENTREVISTA PARA AS ALUNAS PRIVADAS DE LIBERDADE DA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/ RR.

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS DE LA EDUCACIÓN
PROGRAMA DE DOCTORADO EM EDUCACIÓN

Eu Veranilda Matos Lavareda, estudante do Curso de Doutorado em Ciências da Educação na UAA, tenho por objetivo a elaboração de uma pesquisa sobre Educação e Ressocialização: Um estudo na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, solicito a sua colaboração nesta entrevista.

ENTREVISTA

Para a aluna privada de liberdade da Cadeia Feminina matriculadas na EJA.

1. Você gosta de assistir as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada aqui neste espaço ?

() Sim () Não Por que?

2. Você acredita que os estudos a levarão a realizar algum sonho?

() Sim () Não Justifique:

3. Existe dificuldade para você assistir as aulas da EJA?

() Sim () Não Qual?

4. Ser aluna da Educação de Jovens e Adultos nesta unidade fará a diferença futuramente em sua vida?

() Sim () Não Justifique:

5. O que você espera da Educação de Jovens e Adultos – EJA?

6. Você gosta da metodologia aplicada pelos professores neste ambiente escolar?

() Sim () Não

7. O que você pensa sobre a educação?

8. Você recebe o mesmo tratamento dos professores e de todos os demais funcionários da Escola Crisotelma Francisca de B. Gomes?

() Sim () Não

9. Você tem o hábito de ler? Que tipo de leitura?

() Sim () Não Por que?

10. Você acredita que os cursos ofertados pelo Senai abrirão portas para uma possível reintegração no mercado de trabalho?

() Sim () Não () Talvez

11. Você gosta de participar dos Cursos ofertados pelo SENAI ou SEBRAI?

() Sim () Não

12. O que acha necessário para que você seja realmente inserido no mercado de trabalho?

13. Você tem algum curso técnico?

() Sim () Não

14. Você pretende continuar os estudos, mesmo que venha sair deste lugar antes de concluir o Ensino Médio?

() Sim () Não Justifique:

15. Você gostaria de ter informação sobre alguma profissão? Qual?

() Sim () Não

16. Que trabalho você já realizou?

17. Você faz algum tipo de trabalho aqui dentro desta unidade, que seja remunerada?

18. Quando você sair desta unidade prisional, que tipo de trabalho gostarias de fazer para ajudar na renda familiar?

19. Você recebeu ou recebe apoio de alguém para uma mudança de vida?

() Sim () Não

20. Que modelo de trabalho ou atividades que você gostaria que fosse trabalhado na Cadeia Pública Feminina e que acredita que faria uma efetiva ressocialização das alunas?

21. Você gosta de trabalhar?

() Sim () Não Justifique

22. Como você gostaria de ser tratada quando sair desta unidade?

Obrigada pela sua contribuição!



**APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA PROFESSORES
COORDENADORES DA ESCOLA ESTADUAL CRISOTELMA DE
BRITO GOMES.**

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS DE LA EDUCACIÓN
PROGRAMA DE DOCTORADO EM EDUCACIÓN**

Eu Veranilda Matos Lavareda, estudante do Curso de Doutorado em Ciências da Educação na UAA, tenho por objetivo a elaboração de uma pesquisa sobre Educação e Ressocialização: Um estudo na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, solicito a sua colaboração na entrevista.

ENTREVISTA

**Para Professores coordenadores da escola estadual Crisotelma de Brito
Gomes.**

1. Você acredita na ressocialização das alunas privadas de liberdade?

() Sim () Não Justifique:

2. Os aspectos educativos da Escola Estadual Crisotelma Francisca de Brito Gomes fazem a diferença na ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina?

() Sim () Não Justifique:

3. Existe dificuldade para uma pessoa egressa encontrar espaço de trabalho e ressocialização em Boa Vista?

() Sim () Não Justifique:

4. Qual é o setor que emprega mais alunas egressas do sistema prisional?

() Administrativo () Serviços gerais

() Pessoal de apoio () Outros

Justifique:

5. A escola está preparada para motivar as alunas a concluir seus estudos e assim fazer valer a efetiva ressocialização?

() Sim () Não

6. As alunas privadas de liberdade da EJA recebem o mesmo tratamento dos professores, gestores e coordenadores?

() Sim () Não

Justifique:

7. Você acredita que as alunas que estão matriculadas no módulo Educação de Jovens e Adultos- EJA sentem-se satisfeitas com as atividades em sala de aula?

() Sim () Não

8. A aluna privada de liberdade da Cadeia Pública Feminina possui qualificação profissional básica para o ingresso no mercado de trabalho?

() Sim () Não

9. Em sua opinião o que é necessário para que as alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina sejam de fato e de direito “inseridas” no mercado de trabalho?

10. Há quanto tempo a Escola Crisotelma Francisca de B. Gomes desenvolve atividades pedagógicas na Cadeia Pública Feminina?

() 1 – 3 () 4 – 7

() 8 – 10 () Outros _____

11. Em seu ponto de vista os aspectos educativos trabalhados na educação das alunas privadas de liberdade é:

() Muito bom () Bom () Regular () Insuficiente

Justifique:

12. Os professores que ministram aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Cadeia Pública Feminina estão motivados e preparados para realizar seu trabalho neste ambiente?

() Sim () Não

13. Em sua opinião, que aspectos são mais influentes na ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina?

14. Você acredita que de fato a educação promove a ressocialização das alunas da Cadeia Pública Feminina?

() Sim

() Não

Como?

Obrigada pela sua contribuição!



APÊNDICE C – ENTREVISTA PARA A GESTÃO DA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/RR

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULDAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS DE LA EDUCACIÓN

PROGRAMA DE DOCTORADO EM EDUCACIÓN

Eu Veranilda Matos Lavareda, estudante do Curso de Doutorado em Ciências da Educação na UAA, tenho por objetivo a elaboração de uma pesquisa sobre Educação e Ressocialização: Um estudo na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR, solicito a sua colaboração no sentido de responder as questões propostas.

ENTREVISTA

Para a gestora da Cadeia Pública Feninima de Boa Vista

1. Na metodologia de trabalho da Educação de Jovens e Adultos - EJA, ofertada nesta unidade, que aspectos educativos contribuem para a ressocialização das alunas privadas de liberdade?

2. Você acredita na ressocialização das alunas privadas de liberdade?

() Sim () Não

Justifique

3. Uma pessoa egressa de um sistema prisional tem a mesma oportunidade que outros de inserção no mercado de trabalho?

() Sim () Não

Justifique:

4. Você acredita que as alunas da Cadeia Pública Feminina que frequentam a educação EJA sentem-se satisfeitas com as aulas e instruções que estão recebendo?

() Sim () Não

5. As alunas da Cadeia Pública possuem qualificação profissional básica para o ingresso no mercado de trabalho?

() Sim () Não

6. Em sua opinião o que é necessário para que as alunas da Cadeia Pública Feminina sejam de fato e de direito “inseridas” no mercado de trabalho?

7. Os profissionais da SEJUC buscam saber informações junto às empresas, onde as mulheres albergadas trabalham, sobre o desenvolvimento do seu trabalho?

() Sim () Não

8. Que aspectos sociais desenvolvidos no CPFVBV contribuem para uma futura inclusão da aluna privada de liberdade no mercado de trabalho?

Justifique

9. Como você avalia o trabalho da educação de Jovens e Adultos – EJA com as alunas privadas de liberdade da CPFVBV:

() Ótimos () Bons () Razoáveis

Justifique:

10. Que modelo de trabalho você acredita que contribuirá na efetiva ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina?

11. Quais atividades realizadas nas dentro da Cadeia Pública Feminina que as alunas demonstram prazer em realizar?

12. Que nota você daria às instituições que ofertam cursos profissionais e educacionais, neste ambiente?

() 01 () 05 () 06 () 08 () 10

13. Cite alguns aspectos que para você são importantes para a ressocialização das alunas privadas de liberdade da Cadeia Pública Feminina.

Obrigada pela sua contribuição!

ANEXOS

**ANEXO A: FOTOS DAS ALUNAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
(EJA) – CADEIA FEMININA**



Foto 1: Alunas da 1ª. série/Médio e professores na Culminância de Projeto de Língua Portuguesa, 2016.



Foto 2: Alunas do 7º. Ano fundamental e professores na Culminância de Projeto de Língua Portuguesa, 2016.



Foto 3: Aluna do 9º. Ano fundamental participando do Projeto de Língua Portuguesa, 2016.



Foto 4: Gestora da Escola Professora Crisotelma Francisca de Brito Gomes no evento da escola, 2016.



Foto 5: Gestora da Cadeia Pública Feminina de Boa Vista/RR no evento da escola, 2016.



Foto 6: Coordenadora da Escola Prof. Crisotelma Francisca de Brito Gomes no evento da escola., 2016.



Foto 7: Alunas do Ensino Médio em palestra sobre Mais direitos, Menos grades, 2017.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo a veiculação da minha imagem por tempo indeterminado, que será usada na tese de doutorado da UAA com o tema: EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CADEIA PÚBLICA FEMININA DE BOA VISTA/RR.

Atenciosamente,

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2017.

ASSINATURA DO (A) RESPONSÁVEL

